



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ - IPEM/AP
ÓRGÃO DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA E QUALIDADE - INMETRO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, previsto em lei, junto a entidade de direito que a empresa **CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ - LTDA - EPP**, atualmente denominada **F. DE A. S. GONÇALVES EIRELI (AMAZÔNIA SERVIÇOS)**, inscrita no CNPJ/MF: 34.871.707/0001-95 e Inscrição Estadual nº 03.007619-1, E-mail¹: lkpner@uol.com.br, E-mail²: amazoniaservicos2@gmail.com, Telefone/fax: (96) 98115-0033 e 98401-9203, estabelecida na Av.: Raimundo Antônio Machado, nº 560, Bairro: Novo Buritizal, CEP: 68.904-043, Macapá - AP, **PRESTOU** serviços de locação de veículos operacionais, com e sem motorista, com os seguintes dados:

Contrato nº 006/13

Data de assinatura: 06/12/2013

Quantitativo: 02 (dois) veículos tipo caminhonete com 02 (dois) motoristas

Quantitativo: 08 (oito) veículos tipo passeio com 06 (seis) motoristas

Efetivo contratado: Instituto de Pesos e Medidas do Amapá - IPEM-AP

Local do Contrato: Macapá-AP

Qualidade dos serviços:

Atestamos que a empresa acima qualificada forneceu satisfatoriamente os serviços acima ao INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ - IPEM/AP, CNPJ nº 03.564.436/0001-44.

Atestamos ainda que os serviços foram prestados de forma precisa e eficaz, não havendo nenhum ato e/ ou fato que desabone a conduta da contratada durante a vigência do contrato.

Macapá (AP), 14 de outubro de 2021.

ROSIMARY ARAÚJO OLIVEIRA

DIRETORA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ - IPEM/AP

CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ - LTDA - EPP,
atual **F. DE A. S. GONÇALVES EIRELI (AMAZÔNIA SERVIÇOS)**
CNPJ/MF: 34.871.707/0001-95
Francisco de Assis Sá Gonçalves - CPF: 563.349.402-44

- Mauricio José Cordeiro Souza - Representante do IEPA - Suplente

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua expedição.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Gabinete da Reitoria, em Macapá-AP, 20 de janeiro de 2014.

Profa. Dra. Maria Lúcia Teixeira Borges
Reitora

SIAC/Super-Fácil

Dário Nascimento de Souza

PORTARIA Nº 001/2014-SIAC

A Diretora Geral do Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão/SIAC, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 7597/2013, de 11 de dezembro de 2013, tendo em vista o teor do Memo. nº 004/2014-CPE/SIAC,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o deslocamento dos servidores abaixo relacionados, que se deslocarão da sede de suas atividades, Macapá-AP, que irão participar da Ação Mais Cidadania, nos dias 18 e 19/01/2014, para o Distrito do Carmo do Macacoari-AP.

Lucivaldo Ramos Fernandes - Responsável
Maria Regina de Nazaré Cruz Moutinho - CTPS
Rafael Belo da Silva - SUS

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Gabinete do Diretor Geral do Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão.

Macapá-AP, 16 de Janeiro de 2014.

Elane Cristina Pavão de Araújo
Diretora Geral/SIAC - em exercício

IPEM

Nilson José Pereira dos Santos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2013 - IPEM-AP

O INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede no bairro São Lázaro sito a Av. Aurino Borges de Oliveira nº 1278, inscrito no CNPJ sob o 03.594.436/0001-44, através do Diretor Presidente o Sr. Nilson José Pereira dos Santos, inscrito no CPF sob o nº 154.319.402-87, conforme Decreto

processo IPEM/AP nº 947/2013, firmam o presente Contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520, de 17.07.2002, Decreto nº 5.450, de 31.05.2005, Lei Complementar nº 123, de 05/09/2006, em especial o Decreto 6.204, de 05/09/2007, demais dispositivos legais pertinentes e, ainda, com as cláusulas e condições a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- OBJETO

A presente contratação tem como objeto a LOCAÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS, TIPO CAMINHONETE, SEM MOTORISTA E SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, PARA USO MENSAL, COM CAPACIDADE DE CARGA DE 600KG E/OU 1.000KG E 08 (OITO) VEÍCULOS TIPO PASSEIO, para serem utilizados conforme condições específicas deste instrumento e Anexos.

Macapá-AP, 16 de dezembro de 2013.

Nilson José Pereira dos Santos
Diretor Presidente do IPEM/AP
Decreto nº 3433/2013
CONTRATANTE

Rurap

Max Ataliba Ferreira Pires

PORTARIA Nº 03/2014 - UP/COAFI - RURAP

O Diretor Presidente do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ/RURAP, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 0078 de 03 de Janeiro de 2011, e tendo em vista o teor do Memorando nº Memo. nº 001/2014/CPL/DIPRE/RURAP.

RESOLVE:

Art.1º) Fica Constituída a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá, nomeados neste ato, sob a presidência do primeiro, com competência de promover licitações, para serviços e compras no âmbito do respectivo órgão a contar de Janeiro de 2014.

Wellington Bezerra de Oliveira - Presidente
Marco Antônio Borges Lourinho - Membro
Jackline Sousa da Silva - Membro
Gedeon Ferreira da Costa - Membro

Art. 2º) Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Macapá (AP), 09 de Janeiro de 2014.

Antônio Francisco Araújo Almeida
Diretor/Presidente em Exercício

PORTARIA
Nº 004/2014 - UP/COAFI - RURAP

O Diretor Presidente do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ/RURAP, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 0078 de 03 de Janeiro de 2011, e tendo em vista o teor do Memorando nº 001/2014- CPL/DIPRE/RURAP.

RESOLVE:

Art.1º) HOMOLOGAR o servidor WELLINGTON BEZERRA DE OLIVEIRA

IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002.
Art. 2º) Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Macapá (AP), 09 de Janeiro de 2014.

Antônio Francisco Araújo Almeida
Diretor/Presidente em Exercício

Sociedades de Economia Mista

Caesa

Ruy Guilherme Smith Neves

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2014 - CAESA

CONTRATANTE: CAESA - Ruy Guilherme Smith Neves - Diretor Presidente, Evandro Amaral Pingarilho - Diretor Administrativo e Financeiro, Agostinho Alves de Oliveira Júnior - Diretor Técnico e Carlos Antonio Almeida de Mello - Diretor Operacional
CONTRATADA: Construtora Imbiriba Lisboa Ltda.
REPRESENTANTE: Guilherme Imbiriba Lisboa Júnior.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. O presente CONTRATO é regido, em sua íntegra, pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores
1.1.1. Edital de Tomada de Preços nº 020/2013 - CAESA, e anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

Constitui objeto deste Contrato a AMPLIAÇÃO DO SISTEMA ABASTECIMENTO DE ÁGUA, NA LOCALIDADE DE CURICA MUNICÍPIO DE ITAUBAL-AP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FONTE DE RECURSOS:

Os recursos financeiros destinados ao objeto deste Contrato e previstos no Aporte de Recursos do GEA Orlundo da Ope, de Crédito - PDRI - Programa De Desenvolvimento Regi Integrado / BNDES.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O presente Contrato tem seu valor global estipulado em 237.281,72 (Duzentos e trinta e sete mil, duzentos e oitenta e sete reais e setenta e dois centavos).

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO:

As obras/serviços objeto deste Contrato deverão ser executadas no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

Macapá-AP, 16 de janeiro de 2014

Ruy Guilherme Smith Neves
Diretor/Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2014 - CAESA

CONTRATANTE: CAESA - Ruy Guilherme Smith Neves, Diretor Presidente, Evandro Amaral Pingarilho - Diretor Administrativo e Financeiro, Agostinho Alves de Oliveira Júnior - Diretor Técnico e Carlos Antonio Almeida de Mello - Diretor Operacional
CONTRATADA: J. C. Empreendimentos Ltda.
REPRESENTANTE: Josiel da Costa Vasconcelos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

O presente Contrato é regido pelos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:

Constitui objeto deste Contrato o Aumento de Carga Adequação as Normas Vigentes da Subestação Abaixador de Energia de Vitória do Jari-AP.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO:

O valor global do presente Contrato é de R\$ 45.623,3 (Quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte e três reais e trinta e dois centavos).

CLÁUSULA QUINTA - DA FONTE DE RECURSOS:

Os recursos financeiros deste Contrato são oriundos Cont 04.48.900: Classificação Contábil 01.11.200, Recursos Receber de Clientes

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência contratual é de 30 (trinta) dias a contar da emissão da Ordem de Serviço.

Macapá-AP, 16 de janeiro de 2014.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ - IPEM/AP
ÓRGÃO DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE - INMETRO

CONTRATO Nº 006/2013

**LOCAÇÃO DE VEÍCULOS
OPERACIONAIS, COM OU SEM
MOTORISTA E SEM LIMITE DE
QUILOMETRAGEM, PARA USO
MENSAL, COM CAPACIDADE DE
CARGA DE 600KG E/OU 1.000KG**

CONTRATANTE:

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ - IPEM/AP

CNPJ: 03.554.436/0001-44

ENDEREÇO: Rua Aurino Borges de Oliveira nº 1278, Bairro São Lázaro

CEP: 68908-470

TELEFONE: (96) 3222-5650

REPRESENTANTE(S):

AUTORIDADE COMPETENTE: Nilson José Pereira dos Santos

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: 201128-AP

CPF: 154.319.402-87

CONTRATADA: CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA - EPP

CNPJ: 34.871.707/0001-95

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 0447610035916

ENDEREÇO: AV. RAIMUNDO ANTÔNIO MACHADO, 560 - NOVO BURITIZAL

CEP: 68904-043

TELEFONE: 3224-1222/9125-1150

REPRESENTANTE(S): FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: 233.854-AP 2ª VIA

CPF: 563.349402-44

ENDEREÇO: AV DOS GOITACAZES, 99 - BEIROL

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATAÇÃO

1. OBJETO E PREÇO

- 1.1. A presente contratação tem como objeto a **LOCAÇÃO DE 02(DOIS) VEÍCULOS, TIPO CAMINHONETE, COM OU SEM MOTORISTA E SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, PARA USO MENSAL, COM CAPACIDADE DE CARGA DE 600KG E/OU 1.000KG E 08 (OITO) VEÍCULOS TIPO PASSEIO**, para serem utilizados conforme condições específicas deste instrumento e Anexos.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ – IPEM/AP
ÓRGÃO DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE – INMETRO

1.2. O valor global para o presente Contrato é de R\$ 246.000,00 (Duzentos e quarenta e seis mil reais);

1.3. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância resultante do total de veículos efetivamente locados.

2. DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS

2.1. Conforme Anexo I – Descrição Técnica.

3. PRAZO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS

3.1. Os veículos deverão ser disponibilizados para vistoria da CONTRATANTE, no endereço de cada Centralizadora, no prazo de até 90 (noventa) dias após a assinatura do Contrato.

3.1.1. A CONTRATADA poderá apresentar um veículo antecipadamente para que seja avaliada a compatibilidade da Especificação Técnica, bem como a Comunicação Visual, com aquelas previstas no edital, sem prejuízo da apresentação dos veículos para vistoria no prazo citado no item acima.

3.2. Os veículos somente serão aceitos se atendidos os quesitos constantes no Termo de Inspeção Veicular.

4. EXECUÇÃO

4.1. Os veículos aprovados na vistoria serão posteriormente destacados pela CONTRATANTE para a execução do objeto nas localidades jurisdicionadas a cada Centralizadora.

5. LOCAL DA ALOCAÇÃO DOS VEÍCULOS

5.1. Conforme descrito no Termo de Referência.

6. DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) por meio de depósito bancário, conforme dados a seguir:

BANCO: BANCO DO BRASIL
AGÊNCIA: 4433-4
CONTA CORRENTE: 9.320-3



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ - IPEM/AP
ÓRGÃO DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE - INMETRO



Órgão
Delegado



7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da locação de veículos objeto deste Contrato correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/CONTÁBIL	
Conta Orçamentária	Descrição
339039	Locação de veículos

8. DA GESTÃO DO CONTRATO

8.1. A gestão deste Contrato será feita:

8.1.1 Por parte da CONTRATANTE:
ÁREA GESTORA OPERACIONAL: Setor de Transporte
TELEFONE: (96) 4009-5678

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente contratação tem como objeto a LOCAÇÃO DE VEÍCULOS OPERACIONAIS, TIPO CAMINHONETE E VEÍCULO DE PASSEIO, COM OU SEM MOTORISTA E SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, PARA USO MENSAL, COM CAPACIDADE DE CARGA DE 600KG E/OU 1.000KG, para serem utilizados no por este IPEM/AP, conforme especificação técnica e demais detalhes e condições constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante todo o período desta contratação.

2.2. Executar o objeto contratado de acordo com os prazos, as quantidades, Especificação Técnica, Comunicação Visual, licenciamento e respectivo pagamento de todas as taxas pertinentes e do seguro obrigatório, e demais condições estabelecidas neste instrumento.

2.3. Emitir documento fiscal da locação, discriminando no corpo das mesmas o período a que se refere a etapa/parcela, o local da locação, bem como destacar, se possível, o número e o objeto deste Contrato.

2.3.1. A CONTRATADA deverá emitir o(s) documento(s) fiscal(is) válido(s) com o mesmo CNPJ que consta neste Instrumento e na Proposta Econômica.

2.3.2. Caso a CONTRATADA possua mais de uma contratação com a CONTRATANTE, deverá emitir documentos fiscais distintos.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ - IPEM/AP
ORGÃO DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE - INMETRO



Órgão
Delegado



2.4. Caso a CONTRATADA seja MICROEMPRESA-ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP, optante do SIMPLES NACIONAL, fica condicionada na emissão dos documentos fiscais, inclusive os emitidos por meio eletrônico, a inutilização dos campos destinados à base de cálculo e ao imposto destacado, de obrigação própria, devendo constar, no campo destinado às informações complementares, ou, em sua falta, no corpo de documento, por qualquer meio gráfico indelével, as expressões: "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP PELO SIMPLES NACIONAL".

2.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Instrumento, facultada a supressão além desse limite, mediante acordo entre as partes.

2.6. Reparar, corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os objetos contratados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

2.7. Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução desta contratação, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

2.8. Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução desta contratação.

2.8.1. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos acima, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto desta contratação.

2.9. Disponibilizar uma base de apoio na respectiva cidade centralizadora, com os recursos necessários ao suporte das locações a serem executadas (telefone, e-mail, veículo reserva, ponto de manutenção).

2.10. Locar à CONTRATANTE somente veículos que atendam às Especificações contidas neste Instrumento, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, obedecendo a todas as exigências estabelecidas pelas legislações de trânsito e ambiental, entre outras.

2.10.1. A aceitação dos veículos estará condicionada à prévia vistoria e testes por parte da CONTRATANTE. No caso de rejeição, o veículo deverá ser substituído no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, contados após a comunicação da rejeição.

2.10.2. O plano de manutenção preventiva do veículo deverá estar em conformidade com as Especificações da montadora.



2.10.2.1. O prazo máximo para retirada dos veículos para execução dos planos de manutenção preventiva será de 24 (vinte e quatro) horas após o acionamento a ser realizado através de e-mail entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

2.10.2.2. Em caso de solicitação de manutenção preventiva, a CONTRATADA avaliará a real necessidade de intervenção. Em caso de recusa, a mesma assumirá os custos decorrentes de comprometimento do conjunto de componentes do veículo devido à ausência da intervenção solicitada pela CONTRATANTE.

2.10.2.3. Quando feita a comunicação pela CONTRATANTE para recolhimento de veículo para manutenção preventiva, deverá a CONTRATADA fornecer o veículo reserva no momento de retirada de veículo titular para revisão.

2.10.2.4. O prazo máximo para execução dos planos de manutenção preventiva não poderá exceder 02 (dois) dias úteis após a retirada do veículo na unidade da CONTRATANTE.

2.10.2.5. O prazo máximo para execução da manutenção corretiva não poderá exceder 05 (cinco) dias úteis após a retirada do veículo na unidade da CONTRATANTE.

2.11. Efetuar lavagem completa após cada revisão preventiva do veículo, cujos custos e empresa executante ficarão por conta da CONTRATADA.

2.12. Substituir o veículo, quando de sua paralisação, nos prazos abaixo definidos:

2.12.1. Prazo máximo de 02 (duas) horas para veículo avariado (pane mecânico-elétrica) ou acidentado, após a comunicação pelas unidades da CONTRATANTE na cidade Base de Apoio da CONTRATADA.

2.12.2. Prazo máximo de 03 (três) horas para veículo avariado (pane mecânico-elétrica) ou acidentado, após a comunicação pela unidade da CONTRATANTE nas demais cidades.

2.12.3. Com a necessária antecedência para o veículo que estiver com a sua cobertura de seguro, prazo de licenciamento vencido ou com a quilometragem dentro do período de revisão preventiva.

2.12.4. Os veículos substitutos poderão ser de cor branca, com afixação dos adesivos imantados nas portas dianteiras do veículo, respeitando a capacidade de carga e metros cúbicos estabelecidas na Especificação Técnica.

2.12.4.1. Caso o veículo seja retirado definitivamente ou venha a ficar indisponível por um período superior a 60 (sessenta) dias, a CONTRATADA deverá substituí-lo por modelo de mesma característica estabelecida na Especificação Técnica.

2.12.4.2. Não havendo substituição do veículo, por qualquer motivo, nos prazos acima previstos, fica resguardado à CONTRATADA o direito de utilizar-se de outros meios para execução do objeto contratado, sendo, neste caso, a locação considerada como não realizada, não cabendo, portanto, o faturamento, sujeitando-se ainda a CONTRATADA as penalidades previstas neste Instrumento.

2.14. Substituir o veículo locado, obrigatoriamente, quando este atingir a quilometragem e/ou idade máxima previstas na Especificação Técnica.

2.15. Disponibilizar os veículos para utilização da CONTRATANTE com o tanque de combustível completo, sendo estes devolvidos à CONTRATADA da mesma forma.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Fiscalizar a execução desta contratação e subsidiar a CONTRATADA com informações e/ou comunicações úteis e necessárias ao melhor e fiel cumprimento das obrigações.

3.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme o cronograma previsto neste Instrumento.

3.3. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência que interfira na execução do objeto desta contratação.

3.4. Fornecer todas as informações necessárias para emissão do documento fiscal.

3.5. Responsabilizar-se pelo abastecimento de combustível dos veículos locados.

3.6. Não sublocar nem emprestar os veículos disponibilizados pela CONTRATADA e somente entregá-los a condutores devidamente habilitados e qualificados.

3.7. Utilizar os veículos locados exclusivamente para transporte de objetos postais, obedecidas às disposições e finalidades de uso definidas no Certificado de Registro e dentro das especificações do fabricante do veículo.

3.8. Não processar nenhuma modificação nas características dos veículos, tampouco submetê-los a condições de desgaste excessivo.

3.9. Autorizar a CONTRATADA a inspecionar ou vistoriar os veículos quando for por esta solicitada.

3.10. Defender-se contra atos de terceiros e comunicar imediatamente à CONTRATADA quaisquer ocorrências que, de fato, possam ameaçar a posse imediata ou o direito de propriedade do bem abrangido pelo presente Contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ - IPEM/AP

ÓRGÃO DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE - INMETRO



3.11. Reembolsar à CONTRATADA o valor das multas relativas às infrações de trânsito aplicadas durante o período da locação do veículo, desde que apresentadas à CONTRATANTE em tempo hábil para eventuais contestações pelo condutor.

3.12. Reembolsar à CONTRATADA, em caso de perda do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) por parte do usuário, o valor das despesas referentes a reemissão desse documento. Tal ressarcimento deverá ser solicitado através de Nota de Débito emitido em nome da CONTRATANTE e a despesa comprovada através de guia de recolhimento de taxas e despesa com despachante.

3.13. Reembolsar à CONTRATADA, em caso de perda por parte do usuário, valor das despesas referentes à confecção de chave reserva para acionamento das portas e partida do veículo. Tal ressarcimento deverá ser solicitado através de Nota de Débito emitido em nome da CONTRATANTE e a despesa comprovada através de Nota Fiscal da empresa responsável pela locação.

3.14. Zelar pela adequada utilização do veículo e pelo respeito e observância às Leis de Trânsito.

3.15. Providenciar, imediatamente, junto às autoridades policiais competentes, o registro das ocorrências envolvendo o veículo locado, tais como acidentes, furto, roubo ou incêndio, fornecendo a necessária documentação instrutiva, bem como todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.

3.15.1. Em caso de acidentes de trânsito em que houver comprovada culpa do condutor da CONTRATANTE através de Processo de Apuração Técnica Interna, a CONTRATANTE assumirá custos de recuperação em até R\$ 1.000,00 (um mil reais), corrigido a cada renovação contratual através do índice INPC/IBGE. O valor de ressarcimento será avaliado de acordo com as locações realizadas e média de preços praticados no mercado e, em caso de aprovação, a CONTRATADA será autorizada a emitir Nota de Crédito/Débito em nome da CONTRATANTE, apartada da nota fiscal relativa à locação.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E DOS PREÇOS

4.1. Valor global: conforme disposto nas Condições Específicas deste Instrumento.

4.2. No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, fretes, rotulagem, embalagens e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão efetuados após a execução do objeto, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, conforme cronograma abaixo: Data de

Atesto da NF	Vencimento
01 a 05	Dia 25 do mesmo mês
06 a 10	Dia 27 do mesmo mês
11 a 17	Dia 30 do mesmo mês
18 a 25	Dia 18 do mês seguinte
26 a 31	Dia 23 do mês seguinte

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos:

5.1.3. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS, bem como da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, do Certificado de Regularidade do FGTS e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

5.1.4. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

5.1.5. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará a ocorrência ao INSS no caso da CND; à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

5.1.6. Caso a locação seja recusada e/ou o documento fiscal apresente incorreção, a locação será considerado como não prestado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

5.1.7. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

5.1.8. Correrão por conta da CONTRATADA o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito.

5.1.9. A CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente.

5.1.10. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

5.1.11. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da locação definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

5.1.12. Não havendo expediente na CONTRATANTE no dia do pagamento ou outro evento, a data para o adimplemento da obrigação será prorrogada para o primeiro dia útil imediato.

5.2. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

5.3. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

5.4. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

CLÁUSULA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO

6.1. O primeiro reajuste será calculado pela variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário anual do Contrato. Os próximos reajustes ocorrerão sempre que decorridos 12 (doze) meses do último reajuste concedido, aplicando a variação do índice pactuado.

6.2. Para efeito da definição do índice a ser aplicado nos reajustes adotar-se-á a variação de custos definida pelo **IPCA/IBGE** que será aplicada no período do reajuste, observada a seguinte fórmula:, onde:

P > preço reajustado

v > preço atual do contrato

i1 > número-índice do mês anterior ao da data de aniversário do contrato

i0 > número-índice do mês anterior ao da data de apresentação da proposta ou do último reajuste conforme o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

7.1. Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

7.1.1. Unilateralmente, pela CONTRATANTE, quando:

a) houver modificação do Projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos neste Instrumento

7.1.2. Por acordo entre as partes, quando:

- a) necessária a modificação do modo e/ou do cronograma de execução do objeto, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação do objeto contratado;
- c) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração da locação, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;
- d) conveniente à substituição da garantia de execução contratual, se for o caso.

7.2. As alterações serão procedidas mediante os seguintes instrumentos:

7.2.1. **APOSTILAMENTO:** para as alterações que envolverem as seguintes situações:

- a) as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento aqui previstas;
- b) o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do seu valor corrigido.

7.2.2. **TERMO ADITIVO:** alterações não abrangidas pelo apostilamento, que ensejarem modificações deste Instrumento ou do seu valor.

7.3. Os Termos Aditivos ou Apostilas farão parte deste Instrumento, como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal garantida a ampla defesa e o contraditório:

8.1.1. **Advertência:** será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, que não causem prejuízo à CONTRATANTE, podendo ser cumulada com a penalidade de multa.

8.1.2. **Multa:** aplicada nos seguintes casos:

8.1.2.1. **Multa de mora:**



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ - IPEM/AP
ORGÃO DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE - INMETRO

Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1. e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2., sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1. O período de vigência do presente Contrato será de 180 (cento e oitenta) dias improrrogáveis, com início a partir da data de sua assinatura;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ – IPEM/AP
ÓRGÃO DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE – INMETRO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL

11.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 5.450/05 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

11.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato: o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA.


11.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

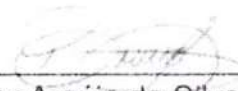
13.1 É competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da cidade de Macapá/AP, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justas e CONTRATADAS assinam as partes o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Macapá-AP, 06 de dezembro de 2013.



Nilson José P. dos Santos
Diretor Presidente – IPEM-AP
Decreto nº 3433/2013



Bruno Heder Araújo da Silva Souza
Coordenador Administrativo e Financeiro
Decreto nº 4060/2013



CONSTUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA - EPP
CNPJ: 34.871.707/0001-95
Francisco de Assis Sá Gonçalves
CPF: 563.349402-44

TESTEMUNHAS:

1ª) _____
CPF: _____

2ª) _____
CPF: _____



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá
CNPJ: 34.926.188/0001-15

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA


Atestamos a pedido da interessada e para os devidos fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, previsto em Lei, junto a entidades de Direito Público (Federal, Estadual e Municipal) e Privado, que a Empresa AMAZÔNIA SERVIÇOS, inscrita no CNPJ (MF) nº. 34.871.707/0001-95, Inscrição Estadual nº 03.007619-1, localizada à Av. Raimundo Antonio Machado, nº. 560, bairro Novo Buritizal, nesta cidade de Macapá-AP, CEP. 68.904-043, telefone: 3224-1222, mantém Contrato de Prestação de Serviços de natureza continuada de Limpeza, Conservação e Higienização no Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, com o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências, sob o **Contrato de Nº 012/2016**.

Registramos, ainda que os serviços contratados, são executados de maneira satisfatória e de boa qualidade, vindo a empresa cumprindo fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Tuanny Mayara Borges Gonçalves Fós

Tuanny Mayara Borges
Gonçalves Fós
CRAO-01567/RP

Macapá, 09 de junho de 2021.


HUGO TIBIRIÇA PARANHOS CUNHA
Diretor Presidente - RURAP
Decreto 1541/2020 - GEA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO
Nº 001/2016 – DIPRE/RURAP

O Estado do Amapá, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ (MF) sob o número 00.394.577/0001-25, com sede na Rua General Rondon nº 259, centro – nesta cidade, neste ato representado por seu Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP, Sr. **JOSÉ MARIA DARMASSO LIMA**, Administrador, nomeado pelo Decreto Estadual nº 5871 de 31 de dezembro de 2015, brasileiro, portador da Cédula de Identidade - nº 264217-AP e do CPF Nº 094.891.932-91, residente e domiciliado nesta capital, na Av. Jambeiros nº 1029, bairro Liberdade, CEP 68.900.000, expede a presente O.E.S em favor da empresa **CONSTRUÇÃO & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP**, Escrita no CNPJ: 34.871.707/0001-95, e Inscrição Estadual, 03.007619-1, localizada na Av. Raimundo Antonio Machado, nº. 560, Bairro Novo Buritizal, CEP 68.904-043, nesta cidade, representada legalmente pelo Sr. **FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES**, brasileiro, casado, empresário, portador da C.I. nº 233854- SSP-AP e CPF nº 563.349.402-44, residente a Av. dos Goitacazes, nº 99, bairro do Beírol, CEP: 68.900-000, que manifesta seu aceite às condições nela previstas, no Edital do Pregão Eletrônico nº 016/2016 CPL/RURAP, com fulcro nas normas inseridas na Lei 8.666/93 e suas alterações e na Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Processo Administrativo nº 37.0117/2016- RURAP, no VALOR MENSAL DE R\$ 35.579,39 (Trinta e Cinco Mil, Quinhentos e Setenta e Nove Reais e Trinta e Nove Centavos), E VALOR TOTAL DE: R\$ 426.952,68 (Quatrocentos e Vinte e Seis Mil, Novecentos e Cinquenta e Dois Reais e Sessenta e Oito Centavos)

A presente Ordem de Execução de Serviços, na forma dos preceitos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e na Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Pregão Eletrônico nº 016/2016 CPL/RURAP, Processo Administrativo nº 37.0117/2016- RURAP, constituem direitos e obrigações entre as partes envolvidas, bem como o exercício dos atos nela previstos, e tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização no Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências, conforme condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA, e demais condições constantes do Edital e seus Anexos.

PREÇO GLOBAL: R\$ 426.952,68 (Quatrocentos e Vinte e Seis Mil, Novecentos e Cinquenta e Dois Reais e Sessenta e Oito Centavos)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (DOZE) meses da data da expedição da O.E.S

DATA DE INÍCIO: 05/12/2016

DATA DO TÉRMINO: 05/12/2017

RECURSOS: Programa de Trabalho 2291, Elemento de Despesa 3390.37 e 3390.30, Fontes 101 e 240 RURAP/AP.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Mensal.

R\$ 35.579,39 (Trinta e Cinco Mil, Quinhentos e Setenta e Nove Reais e Trinta e Nove Centavos)



JOSÉ MARIA DARMASSO LIMA
Diretor Presidente do RURAP
CONTRATANTE

Macapá-AP, 05 de dezembro de 2016.



FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
Construções & Com. Do Amapá Ltda-Epp
CONTRATADA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**

CONTRATO Nº012/2016 – RURAP

(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ
POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE
DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ – RURAP,
COMO CONTRATANTE E A EMPRESA
CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-
EPP, COMO CONTRATADA, PELOS FATOS E
FUNDAMENTOS DE DIREITOS A SEGUIR
DESCRITOS:**

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, Autarquia Estadual, criada pelo Decreto (N) Nº 0122 de 23 de Agosto de 1991, sediada à BR 156,, Km 2, S/Nº, bairro São Lázaro, na capital do Estado do Amapá, inscrita no CNPJ (MF) sob o Nº 34.926.188/0001-15, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Sr. JOSÉ MARIA DARMASO LIMA, Administrador, nomeado pelo Decreto Estadual nº 5871 de 31 de dezembro de 2015, brasileiro, portador da Cédula de Identidade - nº 264217-AP e do CPF Nº 094.891.932-91, residente e domiciliado nesta capital, na Av. Jambeiros nº 1029, bairro Liberdade, CEP 68.900.000, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado como CONTRATADA a Empresa CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP, inscrita no CNPJ (MF) nº. 34.871.707/0001-95, Inscrição Estadual nº 03.007619-1, localizada à Av. Raimundo Antonio Machado, nº. 560, bairro Novo Buritizal, nesta cidade de Macapá-AP, CEP: 68.904-043, telefone: 3224-1222, representada neste ato pelo Sr. FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES, brasileiro, empresário, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 233854 – 2ª Via - DPTC / AP e do CPF nº. 563.349.402-44, residente e domiciliado na Av. dos Goitacazes, nº. 99, bairro Beírol, nesta cidade de Macapá, Estado do Amapá, CEP: 68.900-000, fone: (096) 3224-1222 – (096) 99125-1150, **nesta cidade de Macapá, estado do Amapá, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, tendo em vista o que consta no Processo nº 37.0117/2016, com fulcro na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; pelo Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e alterações posteriores; pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; pelo Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007; pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008 e suas alterações; pela Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1.998; pelo Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997; pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, mediante as cláusulas e condições seguintes:**



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização no Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

Este Contrato guarda consonância com as normas contidas nas Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, em sua versão atualizada, vinculando-se, ainda, ao **Pregão Eletrônico nº 016/2016**, ao Termo de Referência, à Proposta de Preços da **CONTRATADA**, às Notas de Empenho e demais documentos que compõem o Processo supramencionado que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução do objeto do presente Contrato, a Contratada disponibilizará os meios necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe forem confiados neste instrumento, ficando acordado que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da Contratante eximirá a Contratada das suas responsabilidades provenientes do contrato, obrigando-se ainda a:

3.1 - Executar os serviços de conformidade com a programação e orientação estabelecidas pela Contratante, primando pela eficiência e cordialidade, qualificando e orientando os funcionários para que se comportem com postura profissional e apresentem padrões de eficiência e higiene compatíveis com a prestação dos serviços especificados no Termo Referência.

3.2 - Cumprir as normas, regulamentos e posturas, pertinentes à atividade objeto do presente Contrato, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão.

3.3 - Acatar a fiscalização por parte do RURAP, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, dirimindo todas as ocorrências.

3.4 - Comunicar a Contratante, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificados no curso da execução contratual, assim como todas as ocorrências anormais;

3.5 - A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade por seus atos falhos.

3.6 - Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias no atendimento aos seus empregados acidentados ou com mal súbito, quando em serviço, por meio do seu representante.

3.7 - Realizar às suas expensas, tanto na admissão como durante toda a vigência do Contrato de trabalho dos seus empregados, todos os exames médicos exigidos por força de lei, cuidando para que apresentem permanentemente um quadro de saúde, inclusive bucal e psicológica.

Handwritten signature and initials.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

- ✱ 3.8 - Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, apresentando-os com pontualidade e assiduidade, de acordo com os horários fixados pela Contratante.
- 3.9 - Facilitar a fiscalização efetuada por órgãos de controle, comunicando a Contratante o resultado das inspeções.
- 3.10 - Promover, quando a legislação o exigir, para regular a execução do objeto deste Contrato, a obtenção de todo e qualquer tipo de licença junto aos órgãos fiscalizadores.
- 3.11 - Providenciar para que todos os seus profissionais cumpram normas de segurança.
- ✱ 3.12 - Os empregados terão vínculo direto com a Contratada, a qual se responsabilizará pelos pagamentos e/ou ônus relativos a taxas, tributos, encargos sociais e indenizações trabalhistas, encargos previdenciários, contribuições sociais, vale transporte, refeição e outros previstos na legislação e normas vigentes e que decorram de sua condição de empregadora.
- 3.13 - Controlar a frequência de seus funcionários por folha de ponto ou com seus próprios equipamentos e insumos (relógio de ponto, cartões de ponto, etc.), que serão instalados em local indicado pela Contratante.
- 3.14 - Responsabilizar-se pelo treinamento de qualificação dos empregados, necessário à perfeita execução dos serviços, sem quaisquer ônus para a Contratante, com uma frequência suficiente para manter-se aprimorado e igualado o nível de execução dessa prestação de serviço, inclusive para aqueles que farão as substituições.
- 3.15 - Apresentar a Contratante, relatório técnico mensal das atividades realizadas, constando relações nominais de licenças, faltas e substituições se houver, escala nominal de férias dos empregados e seus respectivos substitutos.
- 3.16 - Apresentar a Contratante a relação nominal dos empregados em atividade nas dependências do local da prestação dos serviços e respectivos endereços residenciais atualizados.
- ✱ 3.17 - Substituir sempre que necessário ou quando exigido pela Contratante, qualquer funcionário cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes, insatisfatórios à disciplina do órgão ou ao interesse do serviço público, ou ainda, incompatível com o exercício da função que lhe foi atribuída.
- ✱ 3.18 - Confeccionar, distribuir e orientar os seus empregados para uso obrigatório de crachá identificador, com foto colorida, permitindo o acesso às dependências do RURAP.
- 3.19 - A Contratada não poderá repassar os custos de qualquer dos subitens acima a seus empregados.
- 3.20 - Manter um representante responsável pelo gerenciamento dos serviços, exercendo a supervisão necessária e com poderes de representação ou de preposto para tratar com a Contratante.
- ✱ 3.21 - Atribuir ao encarregado às tarefas de coordenar, comandar e fiscalizar o bom andamento dos serviços, devendo cuidar da disciplina, controlar através de relógio de ponto a frequência e a apresentação pessoal dos empregados, bem como manter estreito contato com o Fiscal do Contrato junto ao RURAP.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

- 3.22 - Promover a imediata substituição de empregados, quando solicitado pelo RURAP ou, em caso de falta, independentemente do motivo apresentado, no prazo de 01 (uma) hora após a notificação, devidamente uniformizado e portando crachá de identificação.
- 3.23 - Prover pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros casos análogos obedecidos às disposições da legislação trabalhista vigente.
- 3.24 - Os equipamentos a serem fornecidos pela Contratada deverão ser disponibilizados, novos ou seminovos, mas que estejam em perfeita condição de uso.
- 3.25 - Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas.
- 3.26 - Disponibilizar equipamentos elétricos dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica.
- ✚ 3.27 - Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos funcionais, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do RURAP.
- ✚ 3.28 - Indicar quando da assinatura do Contrato o endereço, telefone fixo, celular de contato da sede da empresa ou do escritório de representação da cidade onde os serviços serão prestados.
- 3.29 - É vedada a retirada de equipamentos citados no Anexo III (máquina e equipamentos), salvo por motivos de manutenção, ou de substituição por similar ou de melhor tecnologia, cabendo prévia autorização do Contratante.
- 3.30 - Não será permitida a retirada dos materiais de consumo e utensílios, colocados à disposição da Contratante, exceto em caso de não atenderem às especificações objeto da contratação.
- 3.31 - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.
- 3.32 - Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.
- ✚ 3.33 - Os serviços deverão ser executados em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento da Contratante.
- 3.34 - Manter diariamente limpos e higienizados todo o material utilizado na prestação dos serviços.
- ✚ 3.35 - Verificar semanalmente quais os materiais utilizados na prestação dos serviços que deverão ser substituídos ou descartados.
- 3.36 - Assumir total responsabilidade sobre os equipamentos, móveis e utensílios colocados à disposição dos serviços, garantindo-lhes a integridade, sendo de sua responsabilidade as despesas com a reparação decorrente de danos não oriundos do desgaste natural do uso e a reposição dos mesmos quando for o caso.
- ✚ 3.37 - Autorizar a Contratante a descontar o valor correspondente a danos, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos mensais que lhe forem devidos ou da garantia contratual, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial;

Cal

[Assinatura]



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

- 3.38 - Responder por danos ou por desaparecimentos de bens materiais, que venham a ser motivados por seus empregados, por prepostos a terceiros ou ao RURAP, desde que fique comprovada a responsabilidade, advindos de imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, ainda que de forma involuntária, devendo adotar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as providências determinadas pela Contratante, necessárias ao ressarcimento ou à reposição, conforme o caso, sem prejuízo das demais sanções;
- 3.39 - Cabe à Contratada toda e qualquer responsabilidade por atos de negligência de seus empregados, praticados durante o horário de trabalho;
- 3.40 - Manter a situação trabalhista e previdenciária dos profissionais alocados, devidamente atualizada e regularizada, inclusive no aspecto salarial, mantendo em dia todos os direitos trabalhistas de seus profissionais, tais como horas extras, indenizações e outras vantagens, de forma que não sejam os trabalhos da Contratante prejudicados em função de reivindicações por parte de seus empregados;
- 3.41 - Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencimento, os salários dos empregados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, apresentando a Contratante, sempre que solicitado, os respectivos comprovantes.
- 3.42 - O atraso no pagamento de fatura por parte da Contratante, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a Contratada de promover o pagamento dos empregados nas datas regulares.
- 3.43 - Fornecer aos seus empregados individualmente, os benefícios concedidos por força de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, suficiente para cada mês, até o último dia útil daquele que antecede ao mês de sua competência, tais como: Vale transporte, Auxílio Alimentação e outros.
- 3.44 - O vale transporte deverá ser fornecido ao empregado, obedecendo ao itinerário de ida e volta a sua residência, até o último dia útil daquele que antecede ao mês de sua competência.
- 3.45 - Não transferir a outrem, sob qualquer regime, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.
- 3.46 - Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.
- 3.47 - Não se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário.
- 3.48 - Manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista.
- 3.49 - Responsabiliza-se em informar com antecedência de 24h ao Fiscal do Contrato a data e horário de entrega dos materiais de consumo, sendo que a data de entrega desses materiais não pode ultrapassar a data pré-determinada, que deverá acontecer sempre em



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

dia de expediente, bem como, não ultrapassar o horário 17h00min, sob pena de a Contratante, não efetuar o recebimento dos produtos.

3.50 - Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Na execução do objeto do presente Contrato, caberá a Contratante:

4.1 - Exercer a fiscalização e acompanhamento dos serviços através do Fiscal do Contrato designado pela autoridade competente, fornecendo as informações que se fizerem necessárias à realização dos serviços a que se refere a este instrumento, participando ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos serviços, notificando a Contratada sob quaisquer irregularidades na execução dos serviços.

4.2 - Prover os recursos necessários à completa execução do Contrato. Atestar através do Fiscal do Contrato as Notas Fiscais de Serviços correspondentes às etapas executadas, após a verificação da conformidade dos serviços, para efeito de pagamento.

4.3 - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas.

4.4 - Receber os empregados e prepostos da Contratada, devidamente identificados, devendo tomar as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades, promovendo às suas expensas, a infraestrutura necessária à prestação dos serviços, incluindo instalações sanitárias e outras que se apresentarem necessárias.

4.5 - Elaborar relatório de acompanhamento mensal, registrando as ocorrências relativas aos serviços, o nome dos empregados faltosos (caso não haja substituição pela Contratada), com o horário e o dia da falta, o número de substituições ocorridas no mês.

4.6 - Avaliar o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.

4.7 - Cuidar para que o empregado da Contratada somente receba ordens para a execução de tarefas, do encarregado da empresa Contratada, haja vista a sua subordinação à mesma. Havendo necessidade de solicitações ou reclamações quanto aos serviços, estas deverão ser dirigidas ao encarregado, que se incumbirá de tomar as providências cabíveis.

4.8 - Não permitir que os empregados da Contratada desempenhem funções que não as definidas no Contrato e nos seus aditivos, e muito menos poderão ser utilizados para a realização de tarefas particulares, e;

4.9 - Fiscalizar e controlar a confirmação da frequência dos empregados da Contratada com acompanhamento do representante.

4.10 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações.

4.11 - Exigir da Contratada, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato.

4.12 - Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas e os termos de sua proposta.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

4.13 - Efetuar pesquisa de satisfação dos serviços de limpeza e conservação, semestralmente, visando apurar o grau de satisfação e os ajustes necessários a perfeita execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços objeto deste Contrato deverá ser iniciada em, **no máximo, 48 (quarenta e oito) horas, contados da assinatura do Contrato**, devendo a **CONTRATADA**, nesse prazo, alocar a mão-de-obra nos respectivos locais e nos horários a serem fixados pela **CONTRATANTE**, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** assegurar a prestação dos serviços durante os horários definidos pela **CONTRATANTE**.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Na prestação dos serviços a **CONTRATADA** deverá observar as especificações técnicas e demais orientações/obrigações descritas no Termo de Referência e seus Anexos.

CLÁUSULA SEXTA – DA JORNADA DE TRABALHO E DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A produtividade mínima, para os serviços de limpeza, conservação e higienização, considerada para efeito de composição deste Contrato será adotada de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa SLTI-MP n.º 2/2008 e alterações, devendo atender integralmente às necessidades da Contratante.

✶ 6.2 - A jornada de trabalho adotada será de 44h (quarenta e quatro) horas semanais para os serventes de limpeza, operador de máquina costal, copeiro e encarregado.

Função	Horário
SERVENTE	Das 7:00 as 11:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas de segunda a sexta-feira Das 7:00 as 11:00 nos sábados
OPERADOR DE MAQUINA COSTAL	Das 7:00 as 11:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas de segunda a sexta-feira Das 7:00 as 11:00 nos sábados
COPEIRO	Das 7:00 as 11:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas de segunda a sexta-feira Das 7:00 as 11:00 nos sábados
ENCARREGADO	Das 7:00 as 11:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas de segunda a sexta-feira Das 7:00 as 11:00 nos sábados

6.3 - A estimativa de mão-de-obra necessária para execução dos serviços de limpeza, conservação e higienização será calculada com base na produtividade mínima de acordo



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

com os parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 2/2008 e suas alterações e Portaria nº 74/2014-SLTI-MPOG.

6.4 - Os serviços especificados neste Contrato não excluem outros similares que porventura se façam necessários para boa execução das tarefas ora licitadas.

6.5 - Os serviços de limpeza, conservação, higienização e copeiragem serão executados por profissionais capacitados.

6.6 - As jornadas de trabalho, sempre que possível, deverão anteceder ou suceder a dos servidores, de forma a evitar que a execução dos serviços interfira no atendimento de terceiros ou nas atividades internas.

6.7 - A prestação dos serviços deverá observar as normas regulamentadoras prescritas pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e legislação complementar, além dos dispositivos contidos na Convenção Coletiva de Trabalho das categorias profissionais envolvidas na contratação.

6.8 - Caso o horário de expediente da **CONTRATANTE** seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários da prestação de serviços para atendimento da nova situação.

6.9 - Os serviços serão prestados nas dependências do Escritório Central da **CONTRATANTE**, localizado na BR 156, Km 02, S/N, Bairro São Lázaro, na cidade de Macapá-AP.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO E DA REPACTUAÇÃO

Pelos serviços executados, a **CONTRATANTE** pagará o valor mensal de **R\$ 35.579,39 (Trinta e Cinco Mil, Quinhentos e Setenta e Nove Reais e Trinta e Nove Centavos)**, perfazendo o montante anual de **R\$ 426.952,68 (Quatrocentos e Vinte e Seis Mil, Novecentos e Cinquenta e Dois Reais e Sessenta e Oito Centavos)**, que será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Os preços ajustados já levam em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto contratado, tais como tributos, despesas com vale-transporte, auxílio alimentação dos funcionários, entre outras.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que seja observado o **interregno mínimo de um ano**. A repactuação se dará por meio de Termo Aditivo.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, sendo certo que se considera como data do orçamento aquela do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

SUBCLÁUSULA QUINTA - A CONTRATADA poderá exercer, perante a **CONTRATANTE**, seu direito à repactuação, da data do registro da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional até a data da prorrogação contratual.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

subsequente, sendo que, se não o fizer de forma tempestiva, e, por via de consequência, prorrogar o Contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão de seu direito de repactuar (Acórdão nº 1.828/2008 – TCU/Plenário e IN MPOG-SLTI nº 02/2014).

SUBCLÁUSULA SEXTA - As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do Contrato, também serão objeto de preclusão com o encerramento do Contrato.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

SUBCLÁUSULA OITAVA - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva, o que deverá ser comprovado com a cópia do documento legal que lhe deu ensejo.

SUBCLÁUSULA NONA - Com relação ao item “Materiais de Consumo”, os preços unitários de cada material discriminados na proposta da CONTRATADA permanecerão fixos e irrevogáveis por um período de 12 (doze) meses, quando então poderá ser promovida, a partir da solicitação da CONTRATADA, a sua correção de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, em conformidade com a legislação em vigor, tomando-se por base o índice vigente no mês de apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA - Na hipótese em que os valores dos materiais/insumos estejam fixados, ou sejam inseridos futuramente, no acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, serão observadas as regras de repactuação descritas nesta Cláusula.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O preço ajustado também poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes pela execução dos serviços contratados constam no orçamento do RURAP, através da Fonte: 101 -240; Programa: 2291 – Natureza da despesa: 3390.37 – Mão de Obra e Fonte: 101 -240; Programa: 2291 – Natureza da despesa: 3390.30 – Materiais de Consumo, constante na previsão orçamentária do exercício de 2017.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1 - O pagamento dos salários dos empregados não está condicionado ao recebimento da Nota Fiscal e deverá ser efetivado até o 5º (quinto) dia útil, em horário bancário, do mês posterior ao da prestação dos serviços.
- 9.2 - As faltas ao serviço, a serem apontadas pelo Fiscal do Contrato, desde que a Contratada não tenha promovido as devidas substituições, serão descontadas do pagamento referente ao mês que ocorrer sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas em Edital.
- 9.3 - O pagamento será efetuado, mediante depósito bancário em conta corrente, até o 10º (décimo) dia útil da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização do Contrato, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.
- 9.4 - A Contratada deverá encaminhar até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, a Nota Fiscal em nome da Contratante, descontadas quaisquer eventuais glosas de valores, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento.
- 9.5 - Será considerada, para fins de pagamento, a data do "atesto" certificando o cumprimento definitivo do serviço por este Instituto.
- 9.6 - Para efeito de cada pagamento mensal a Contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, junto com as Notas Fiscais:
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - Certidão Conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contrato;
 - Certidões de Regularidade do FGTS – CRF; e;
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.7 - A comprovação de que trata o item anterior é demonstrada mediante apresentação de documentos oficiais correspondentes ao mês da obrigação ou do mês anterior, quando não vencidas as referidas obrigações.
- 9.8 - O CNPJ constante da Nota Fiscal e de todos os documentos dos quais deva constar deverá ser o mesmo indicado no preâmbulo do Contrato, na proposta comercial apresentada por ocasião da licitação, e na Nota de Empenho.
- 9.9 - *Caso a Nota Fiscal seja devolvida por inexatidão, o novo prazo será contado a partir da sua reapresentação e novo "atesto".*
- 9.10 - A devolução da Nota Fiscal não aprovada, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a Contratada suspenda a prestação dos serviços.
- 9.11 - A Contratada indicará na Nota Fiscal o nome do Banco e o número da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.
- 9.12 - Havendo erro na Nota Fiscal ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o pagamento será susinado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o RURAP.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

9.13 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

9.14 - A atualização financeira prevista no item anterior será incluída na Nota Fiscal correspondente a ocorrência.

9.15 - No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

9.16 - Conforme Decreto Estadual nº 1278/11, no momento da liquidação da despesa, a Contratada deverá comprovar perante a Contratante por meio das respectivas certidões, que se encontra adimplente com suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;

9.17 - Por ocasião do pagamento a empresa deverá comprovar ainda, a inexistência de débitos inscritos em dívida ativa pela Procuradoria Fiscal da PGE/AP.

9.18 - A mora na apresentação das certidões ou documentos pertinentes ou a reiterada procrastinação em apresentá-los é causa de rescisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONTAS VINCULADAS PARA A QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

10.1 - Com base na súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, visando à garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, o RURAP poderá optar por depositar, mensalmente, em conta vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores envolvidos na execução do contrato, em consonância com o disposto no Art. 19-A, c/c a prescrição constante do anexo VI, ambos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008 versão compilada, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

Celso



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

- a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13º salários, quando devidos;
- b) parcialmente, pelo valor correspondente aos 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;
- c) parcialmente, pelo valor correspondente aos 13º salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
- d) ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e
- e) o saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.
- 10.2 - As provisões para o pagamento dos encargos trabalhistas de que tratam este subitem, poderá ser destacado do valor mensal do contrato e, depositados na citada conta vinculada, aberta em nome da Contratada, junto à instituição bancária oficial e bloqueada para movimentação.
- 10.3 - A movimentação da conta vinculada será efetivada mediante autorização do RURAP, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.
- 10.4 - A Contratada poderá solicitar a autorização ao RURAP para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato.
- 10.5 - Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do Contrato, a Contratada deverá apresentar ao RURAP os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.
- 10.6 - O RURAP expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, dirigida à Instituição financeira oficial no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa.
- 10.7 - A Contratada deverá apresentar ao RURAP, no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, o comprovante das transferências bancárias porventura realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 10.8 - O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à Contratada, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos serviços contratados.
- 10.9 - O RURAP, fundamentada no inciso II, do Art. 19-A, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008, poderá providenciar a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados à execução do contrato, observada a legislação específica.
- 10.10 - O RURAP, fundamentada no inciso IV, do art. 19-A, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008, poderá efetivar o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos empregados vinculados ao contrato, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

11.1 - A Empresa deverá apresentar à Administração do RURAP, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de assinatura do instrumento contratual, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, conforme dispõe o Art. 56, caput, § 1º, incisos I a III e §§ 2º a 5º da Lei 8.666/93.

11.2 - A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto contratado e do não adimplemento das demais obrigações previstas em contrato;
- b) Prejuízos causados à Administração do RURAP, decorrente de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração do RURAP à Empresa; e
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Empresa.

11.3 - Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas "a" e "d" do item imediatamente anterior.

11.4 - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em depósito bancário, em conta específica com correção monetária, em favor do RURAP.

11.5 - A garantia na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme o modelo constante no Edital de Licitação.

11.6 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

11.7 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.8 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo RURAP com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Empresa.

11.9 - Será considerada extinta a Garantia:

11.9.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração do RURAP, mediante Termo Circunstanciado, de que a Empresa cumpriu todas as Cláusulas do Instrumento Contratual;

11.9.2 - Com a extinção do contrato;

11.9.3 - Isenção de Responsabilidade da Garantia.

11.10 - O RURAP não executará a Garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

11.10.1 - Caso fortuito ou força maior;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

- 11.10.2 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- 11.10.3 - Descumprimento das obrigações pela Empresa decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- 11.10.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.
- 11.11 - Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas "c" e "d" do item 25.2, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo RURAP.
- 11.12 - Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item Da Garantia.
- 11.13 - Para efeitos da execução da Garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo RURAP à Empresa e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, **até o limite de 60 (sessenta) meses**, na forma do art. 57, da Lei nº 8.666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Segundo dispõe o art. 30-A, da IN SLTI/MP nº 02/2008, a CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados **como condição para a renovação**, em conformidade com o disposto no inciso XVII, do art. 19, da IN SLTI nº 02/2008.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Não será efetivada a prorrogação contratual quando os preços praticados pela CONTRATADA estiverem superiores aos estabelecidos como limites pelas Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Também não se realizará a prorrogação contratual quando a CONTRATADA tiver sido **declarada inidônea, impedida ou suspensa** temporariamente de participação em licitação e/ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

✍ O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste Contrato serão exercidos por meio de um representante (denominado Fiscal do Contrato) e um substituto, designados pela **CONTRATANTE**, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à **CONTRATADA**, conforme determina o art. 67, da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.

13.1 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos Arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97 e conforme art. 31 a 35 da IN/SLTI/MP nº 2/2008.

13.2 – A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do RURAP, por meio da **Unidade Administrativa, através do Setor de Serviços Gerais**, devidamente designado através de Portaria pela autoridade competente devendo apurar e assentar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o Contrato que exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

13.3 – O Fiscal do Contrato emitirá Ordem de Execução de Serviços, a partir da data da assinatura do Contrato, para ciência da Contratada do início dos serviços.

13.4 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

✍ 13.5 - Da mesma forma, a Contratada deverá indicar um preposto para, se aceito pelo RURAP, representá-la na execução do Contrato.

13.6 - A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto da presente contratação, se em desacordo com a especificação do Termo de Referência e da Proposta de Preços da Contratada.

✍ 13.7 - Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para o RURAP.

✍ 13.8 - Monitorar a execução do Contrato e exigir a qualidade efetiva dos serviços contratados, além de conferir a compatibilidade das Notas Fiscais e documentação exigível para pagamento.

✍ 13.9 - Caberá ao Fiscal do Contrato fiscalizar também o cumprimento, pela Contratada, das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos trabalhadores objeto da terceirização.

13.10 - Não obstante a Contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução do objeto contratado, o RURAP se reserva o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da Contratada, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto contratado, cabendo-lhe:



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

- a) Cumprir e fazer cumprir as disposições e condições avençadas no Edital, com seus Anexos, Contrato e Proposta da empresa;
- b) Acompanhamento do serviço contratado e ateste das Notas Fiscais;
- c) Comunicar à licitante qualquer ocorrência em registro, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas, inclusive solicitando a substituição de qualquer saneante domissanitário ou equipamento cujo uso seja considerado prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda que não atendam às necessidades;
- d) Realizar contatos diretos com a CONTRATADA;
- e) Apurar eventuais faltas da CONTRATADA que possam gerar a aplicação de sanções previstas no Contrato, informando-as ao setor competente, sob pena de responsabilidades;
- f) Realizar gestão para sanar casos omissos, na sua esfera de atribuição, submetendo à autoridade superior as questões controvertidas decorrentes da execução da contratação, com o objetivo de dar solução às questões suscitadas, preferencialmente no âmbito administrativo;
- g) Ordenar a retirada imediata e substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

13.11 - Conforme Art. 34 da IN nº 02/2008-SLTI/MP, a execução dos Contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:

- a) Os resultados alcançados em relação ao Contrato, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) Os recursos humanos empregados, em função da qualidade e da formação profissional exigida;
- c) A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato;
- f) A satisfação do público usuário, servidores e comunidade.

13.12 - Caso o Fiscal observar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade dos serviços, deverá comunicar a autoridade responsável, para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites previstos no §1º do artigo 65 da Lei 8.666/1993.

13.13 - A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento/Nota Fiscal da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Contrato, informando as respectivas marcas, qualidade e formas de uso.

13.14 - O Fiscal do Contrato poderá examinar as carteiras profissionais dos empregados colocados ao seu serviço, para comprovar o registro de função profissional, bem como conferir todas as anotações na carteira de trabalho, dando atenção especial quanto à função exercida, a remuneração e todas as eventuais alterações dos contratos de trabalho, nos termos do Anexo IV da IN nº 02/2008, alteração pela IN nº 06/2013.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

13.15 - O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Contrato, Edital e Legislação vigente, podendo culminar a rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei 8.666/1993.

13.16 - Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes:

- a) A prova de regularidade para com a Seguridade Social, conforme dispõe o artigo 175, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual, caso não regularize a situação no prazo conferido pela Administração;
- b) Recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior, caso a Administração não esteja realizando os depósitos diretamente;
- c) Pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;
- d) Fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação quando cabível;
- e) Pagamento do 13º salário;
- f) Concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
- g) Realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
- h) Eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por Lei;
- i) Comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: RAIS e a CAGED;
- j) Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;
- k) Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao Contrato.

13.17 - Em caso de rescisão contratual, o Fiscal deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outras atividades de prestação dos serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

13.18 - O fiscal do contrato deverá observar ainda todas as responsabilidades e obrigações contidas no anexo IV da IN MPOG 02/2008 e alterações.

13.9 - Caberá ainda ao Fiscal do Contrato:

13.9.1 - Fiscalização inicial (no momento em que a terceirização é iniciada);

13.9.1.1 - Elaborar planilha-resumo de todo o Contrato. Ela conterá todos os empregados terceirizados que prestam serviços no órgão, com as seguintes informações: nome completo, número de CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos e sua quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências, horas extras trabalhadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

14.1.1 – **Advertência**, notificada por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da Contratada, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis que apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

14.1.2 - **Multas** que poderão ser recolhidas em qualquer agência do Banco do Brasil S/A, por meio de Documento a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação:

- a) 0,5% ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência de 15 dias. Após o décimo-quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 5% sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 5% sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) as multas por execução contratual imperfeita terão a seguinte gradação:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% por dia sobre o valor do contrato
02	0,4% por dia sobre o valor do contrato
03	0,8% por dia sobre o valor do contrato
04	1,6% por dia sobre o valor do contrato
05	3,2% por dia sobre o valor do contrato
06	4,0% por dia sobre o valor do contrato

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	06
02	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	05
03	Manter empregados sem a qualificação exigida para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	03
04	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme sujo, manchado ou mal apresentado, por empregado e por ocorrência.	01
05	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	02
06	Utilizar dependências da SEAD, seus anexos e demais órgãos para fins diversos do objeto do contrato; por ocorrência.	04
PARA OS ITENS SEGUINTE, DEIXAR DE:		
07	Zelar pelas instalações da CONTRATANTE utilizadas, por item e	03



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

	por dia.	
08	Colocar à disposição da Contratante os equipamentos relacionados no Anexo I-C e D do Termo de Referência em perfeitas condições de us.	04
09	Cumprir determinação formal ou instrução do fiscal, por ocorrência.	02
10	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia.	01
11	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por empregado e por dia.	01
12	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia.	01
13	Deixar de entregar no prazo determinado os materiais de limpeza, equipamentos e ferramentas necessários a execução dos serviços, por item e por dia.	04
14	Entregar os vales-transportes e/ou ticket-alimentação nas datas avançadas, por ocorrência e por dia.	02
15	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.	02
16	Fornecer 2 (dois) uniformes para cada categoria, por funcionário e por ocorrência.	02
17	Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução, por dia e por ocorrência.	06
18	Cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência.	01
19	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	02

14.1.3 - Impedimento de licitar e contratar com o Estado, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, no caso de falha ou fraude na execução do Contrato, ou cometimento de fraude fiscal.

14.2 - No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

14.3 - Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus ou descontado da garantia prestada. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e judicialmente.

14.4 - Se a Contratada vencedora não comprovar as condições de habilitação no ato da contratação, não apresentar a documentação exigida para celebração do Contrato, ou



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

recusar-se injustificadamente em firmar o instrumento de contrato em até 5 (cinco) dias úteis da convocação, poderá ser convocado outra Contratada, sucessivamente desde que respeitada a ordem de classificação da licitação para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos praticados pela CONTRATANTE cabem recursos na forma prevista no art. 109, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos Artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/1993, sempre por meio de Termos Aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESERVA DE VAGAS PARA APENADOS

Parágrafo Único: A empresa contratada deverá reservar no mínimo 2% (dois por cento) das vagas para os apenados em regime semi-aberto e egressos do sistema penitenciário, De acordo com o art. 1º e parágrafo único da Lei Estadual nº 1.447 de 07/01/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste Instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 dias daquela data.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Comarca de Macapá-AP.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em (05) cinco vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Macapá-AP, 05 de dezembro de 2016.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

JOSÉ MARIA DARMASSO LIMA
Diretor Presidente do RURAP
CONTRATANTE

FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
Construções & Comércio do Amapá LTDA-EPP
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ESTEFANY CAROLINE M. DUARTE
NOME:
CPF: 025.494.792-11
RG: 572466

ENIO ALENCAR LEÃO
NOME: 513.662.582-15
CPF:
RG: 08 9829



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

ANEXO I DO CONTRATO Nº 012/2016

1. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E QUANTITATIVOS DAS ÁREAS

1.1 Os serviços serão executados nas instalações físicas do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, localizadas na BR 156, Km 02 S/N, Bairro São Lázaro, Macapá-AP.

1.2. DO QUANTITATIVO DAS ÁREAS DE ATENDIMENTO E ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE MÍNIMO.

O dimensionamento da área física a ser limpa e conservada foi obtido com base na medição da área total ocupada por cada um dos prédios que necessitam desses serviços, conforme descrição constante nas tabelas abaixo:

RURAP - SEDE CENTRAL				
Nº	TIPO DE ÁREA	ÁREA (M²)	PRODUTIVIDADE (M²)	PERIODICIDADE
1	ÁREA INTERNA	3.172,728	600	DIÁRIA
2	ÁREA EXTERNA PASSEIO E ARRUAMENTO	3.807,830	6.000	DIÁRIA
3	PÁTIOS E ÁREAS VERDES MÉDIA FREQUÊNCIA	13.984,930	1.200	QUINZENAL
4	PÁTIOS E ÁREAS VERDES BAIXA FREQUÊNCIA	16.096,512	1.200	SEMESTRAL
5	ESQUADRIAS	1.129,500	220	QUINZENAL

1.2.1 - Os índices adotados como referência nos serviços de limpeza e conservação serão os estabelecidos no Art. 44 da IN MPOG/SLTI nº 02/2008, calculados para uma jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, de segunda a sexta, nos locais indicados no item 7.3, previsto neste Termo de Referência, ou seja:



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

Área Físicas	Tipos de Área Físicas	Produtividade	Frequência
I – Área Interna	a) Pisos acarpetados	600 m ²	Diária, semanal, mensal e anual conforme descrito na metodologia de descrição dos serviços.
	b) Pisos Frios	600 m ²	
	c) Laboratórios	330 m ²	
	d) Almoxxarifados e Galpões	1.350 m ²	
	e) Oficinas	1.200 m ²	
	f) Áreas com espaço Livre, saguão, Hall e salão.	800 m ²	
II – Áreas Externas	a) Pisos pavimentados adjacentes/contiguos às edificações	1.200 m ²	Diária, semanal, mensal e anual conforme descrito na metodologia de descrição dos serviços.
	b) Varrição de passeio e arruamentos	6.000 m ²	
	c) Pátios e áreas verdes com alta frequência	1.200 m ²	
	d) Pátios e áreas verdes com média frequência	1.200 m ²	
	e) Pátios e áreas verdes com baixa frequência	1.200 m ²	
	f) coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária	100.000 m ²	
III – Esquadrias Externas	a) face externa sem exposição a situação de risco	200 m ²	Quinzenal conforme descrito na metodologia de descrição dos serviços.
	b) face interna	200 m ²	

2- DO QUANTITATIVO DE PESSOAL E DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 - Considerando que a contratação dar-se-á por posto de serviços, tendo em vista que o RURAP não possui parâmetros e nem ferramentas necessárias para a contratação com base na área física (m²) a ser limpa e conservada. Ressalte-se que a quantidade estimada de postos foi com base nos índices estabelecidos pela Instrução Normativa SLTI-MP n.º 2/2008 e suas alterações.

2.2 - Excetuando-se a contratação por m² os demais procedimentos terão por base Instrução Normativa SLTI-MP n.º 2/2008 e suas alterações.

2.3 - O local abaixo indicado compõe atualmente a sede central do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, o que implica dizer que, outras poderão ser incluídas/excluídas ou, até mesmo, as atuais serem aumentadas/reduzidas, de acordo com as necessidades que se apresentarem ao longo da vigência do Contrato:

LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS		
Nº	SEDE CENTRAL	ENDEREÇO
1	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP	BR 156, Km 02, 1808, bairro São Lázaro



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

2.4 - Os serviços de limpeza, conservação e higienização e copeiragem, com fornecimento de material de limpeza, equipamentos e ferramentas, serão executados para o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá, compreendendo os estacionamentos e demais instalações.

2.5 - Na execução dos serviços deverão ser empregados serventes de limpeza, copeiro, Operador de máquina costal, bem como encarregado geral que será responsável pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos.

2.6 - Quantitativo de Serventes

2.6.1 - A Contratada colocará à disposição da Contratante o seguinte quantitativo mínimo de Serventes com base nos índices estabelecidos pela Instrução Normativa SLTI-MP n.º 2/2008 e suas alterações, pertencentes ao seu quadro de empregados, de segunda a sábado, em horários estabelecidos, que poderão ser alterados de acordo com a conveniência administrativa da contratante, não ultrapassando as 44 (quarenta e quatro) horas semanais, conforme tabela abaixo:

Função	Local	Quantidade	Jornada	Horário
Servente (Auxiliar de Serviços Gerais) Área Interna	Sede Central	6	44 horas semanais	Das 7:00 as 11:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas de segunda a sexta-feira Das 7:00 as 11:00 nos sábados.
Servente (Auxiliar de Serviços Gerais) Área Externa	Sede Central	2	44 horas semanais	Das 7:00 as 11:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas de segunda a sexta-feira Das 7:00 as 11:00 nos sábados.

2.7 - Encarregado

2.7.1 - A Contratada colocará à disposição da Contratante Encarregado habilitado, pertencente ao seu quadro de empregados, de segunda a sábado, em horários estabelecidos, que poderão ser alterados de acordo com a conveniência administrativa da Contratante, perfazendo 44 (quarenta e quatro) horas semanais, conforme quantitativos abaixo:

Função	Local	Quantidade	Jornada	Horário
Encarregado	Sede Central	1	44 horas semanais	Das 7:00 as 11:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas de segunda a sexta-feira Das 7:00 as 11:00 nos sábados.

2.8 - Copeira

2.8.1 - A Contratada colocará à disposição da Contratante, copeira habilitado pertencente ao seu quadro de empregados, de segunda a sábado, em horários estabelecidos, que poderão ser alterados de acordo com a conveniência administrativa da Contratante, perfazendo 44 (quarenta e quatro) horas semanais, conforme quantitativos abaixo:



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

Função	Local	Quantidade	Jornada	Horário
Copeira	Sede Central	1	44 horas semanais	Das 7:00 as 11:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas de segunda a sexta Das 7:00 as 11:00 nos sábados.

2.9 – Operador de Máquina Costal (Roçadeira)

2.9.1 – A Contratada colocará à disposição da Contratante, Operador de Máquina Costal, devidamente habilitado pertencente ao seu quadro de empregados, de segunda a sábado, em horários estabelecidos, que poderão ser alterados de acordo com a conveniência administrativa da Contratante, perfazendo 44 (quarenta e quatro) horas semanais, conforme quantitativos abaixo:

Função	Local	Quantidade	Jornada	Horário
Operador de Máquina Costal	Sede Central	1	44 horas semanais	Das 7:00 as 11:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas de segunda a sexta Das 7:00 as 11:00 nos sábados

3. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS – ÁREAS COMUNS

3.1 - DO SERVENTE DE LIMPEZA

3.1.1 - ÁREA INTERNA

3.1.1.1 – DIARIAMENTE, uma vez quando não explicitado.

3.1.1.1.1 - Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.;

3.1.1.1.2 - Proceder à lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, duas vezes ao dia;

3.1.1.1.3 - Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de granito e emborrachados;

3.1.1.1.4 - Varrer os pisos de cimento;

3.1.1.1.5 - Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;

3.1.1.1.6 - Abastecer com papel toalha, higiênico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário;

3.1.1.1.7 - Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;

3.1.1.1.8 - Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;

3.1.1.1.9 - Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 06 de 03 de novembro de 1995;

3.1.1.1.10 - Limpar os corrimãos;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

3.1.1.1.11 - Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração;

3.1.1.1.12 - Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

3.1.1.2 - SEMANALMENTE, uma vez, quando não explicitado.

3.1.1.2.1 - Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;

3.1.1.2.2 - Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;

3.1.1.2.3 - Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;

3.1.1.2.4 - Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;

3.1.1.2.5 - Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;

3.1.1.2.6 - Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;

3.1.1.2.7 - Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;

3.1.1.2.8 - Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;

3.1.1.2.9 - Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;

3.1.1.2.10 - Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;

3.1.1.2.11 - Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

3.1.1.3 - MENSALMENTE, uma vez.

3.1.1.3.1 - Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;

3.1.1.3.2 - Limpar forros, paredes e rodapés;

3.1.1.3.3 - Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;

3.1.1.3.4 - Limpar persianas com produtos adequados;

3.1.1.3.5 - Remover manchas de paredes;

3.1.1.3.6 - Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr, etc.);

3.1.1.3.7 - Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

3.1.1.4 - SEMESTRALMENTE, uma vez quando não explicitado.

3.1.1.4.1 - Aspirar o pó e limpar calhas e luminárias;

3.1.1.4.2 - Lavar pelo menos uma vez a cada semestre, as caixas d'água dos prédios, remover a lama depositada e desinfetá-las.

3.1.2 - ÁREAS EXTERNAS

3.1.2.1 - DIARIAMENTE, uma vez quando não explicitado.

3.1.2.1.1 - Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;

3.1.2.1.2 - Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;

3.1.2.1.3 - Varrer as áreas pavimentadas;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

- 3.1.2.1.4 - Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de 100 (cem) litros, removendo-os para local indicado pela Administração;
- 3.1.2.1.5 - Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da Instrução Normativa nº 06 de 03 de novembro de 1995;
- 3.1.2.1.6 - Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

3.1.2.2 - SEMANALMENTE, uma vez.

- 3.1.2.2.1 - Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.);
- 3.1.2.2.2 - Lavar os pisos vinílicos, de granito, cerâmicos, de marmorite e emborrachados, com detergente, encerar e lustrar;
- 3.1.2.2.3 - Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;
- 3.1.2.2.4 - Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

3.1.2.3 - MENSALMENTE, uma vez.

- 3.1.2.3.1 - Lavar as áreas cobertas destinadas a garagem/estacionamento;
- 3.1.2.3.2 - Proceder a capina e roçada, retirar de toda área externa, plantas desnecessárias, cortar grama e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas;
- 3.1.2.3.3 - Os serviços de paisagismo com jardinagem, adubação, aplicação de defensivos agrícolas não integram a composição de preços contemplados por esta IN 02/2008-SLTI-MPOG, devendo receber tratamento diferenciado.

3.1.3 – ESQUADRIAS EXTERNAS

3.1.3.1 - QUINZENALMENTE, uma vez.

- 3.1.3.1.1 - Limpar todos os vidros (face interna/externa), aplicando-lhes produtos antiembaçantes.

3- SEMESTRALMENTE, uma vez.

- 3.1.3.2.1 - Limpar fachadas envidraçadas (face externa), em conformidade com as normas de segurança do trabalho, aplicando-lhes produtos antiembaçantes.

3.2 - DO ENCARGADO

- 3.2.1 - Caberá ao encarregado fiscalizar e orientar os serviços desenvolvidos pelos demais funcionários, controlando a frequência, relatando as ocorrências relativas ao desempenho dos funcionários e utilização dos materiais;
- 3.2.2 - Manter contato com o fiscal do contrato para recebimento de tarefas e assuntos relativos aos serviços contratados;
- 3.2.3 - Controlar e distribuir os materiais de limpeza, bem como dos equipamentos, máquinas e utensílios a serem utilizados na execução dos serviços, armazenando-o em local destinado para este fim;
- 3.2.4 - Informar para o fiscal do Contrato e para a empresa as faltas de funcionários e ocorrências relativas aos serviços;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

3.2.5 - Fazer escala de serviços mensais, semanais e de mutirões, entregando as relações ao fiscal do contrato, periodicamente ou quando solicitado.

3.3 – OPERADOR DE MAQUINA COSTAL

3.3.1 - DIARIAMENTE, uma vez quando não explicitado.

3.3.1.1 - Operar equipamentos e máquinas de pequeno porte, específicas de corte de Gramados.

3.3.1.2 - Conservação e manutenção dos canteiros, ruas, guias dos parques, jardins e demais áreas verdes.

3.3.1.3 - Zelar pela segurança individual e coletiva utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços.

3.3.1.4 - Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho.

3.3.1.5 - Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

3.3.1.6 - Executar tratamento e descarte dos resíduos de materiais provenientes do seu local de trabalho, devidamente auxiliado por servente.

3.3.1.7 - Podar a vegetação que contorna o calçamento do estacionamento interno calçadas externas e passarelas do estacionamento.

3.3.1.8 - Varrer e recolher as folhas que caem das plantas e árvores, bem como quaisquer outros objetos que se encontrem sobre as áreas externas (jardins ou pátios).

3.3.2 - MENSALMENTE, uma vez.

3.3.2.1 - Proceder a capina e roçagem, retirar de toda área externa, plantas desnecessárias, cortar grama e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas.

3.3.2.2 - Poda e limpeza de espécies ornamentais – arbustivas, arbóreas e forrações (paisagismo).

3.3.2.3 - Os serviços de paisagismo com jardinagem, adubação, aplicação de defensivos agrícolas não integram a composição de preços contemplados pela Instrução Normativa SLTI-MP n.º 2/2008 e suas alterações, devendo receber tratamento diferenciado.

3.4 - COPEIRAGEM – COPEIRO

3.4.1 – Serviços a serem realizados diariamente.

3.4.1.1 – Preparar o café em horários preestabelecidos;

3.4.1.2 - Servir café e água em horários preestabelecidos, reuniões e eventos, ou sempre que solicitado;

3.4.1.3 - Recolher das salas a louça utilizada para servir café e água;

3.4.1.4 - Preparar e servir lanches e sucos quando solicitado;

3.4.1.5 - Repor, quantas vezes for necessário, a água mineral servida aos usuários, fazendo sempre uso de suporte e cobertura dos copos;

3.4.1.6 - Preparo de bandejas, pratos e mesas;

3.4.1.7 - Recolhimento de xícaras, copos, garrafas térmicas, jarras e demais utensílios, durante o expediente;

Cal
[assinatura]



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

- 3.4.1.8 – Proceder à reposição de copos descartáveis para os locais onde possuem bebedouros;
- 3.4.1.9 – Lavar todos os utensílios da copa, talheres, copos, pratos, xícaras, panelas, bandejas, bules, etc, com emprego de detergentes biodegradáveis e de esponja e/ou pano de limpeza macio para que não produzam qualquer tipo de arranhão e/ou dano a peça a ser limpa;
- 3.4.1.10 – Limpar piso, bancada, pia, parte externa dos bebedouros, etc., no interior das copas, nos intervalos de preparo do café. O asseio e conservação da copa são de fundamental importância, principalmente quanto ao piso, que deverá estar constantemente seco, objetivando evitar acidentes;
- 3.4.1.11 – Limpar todos os móveis e equipamentos (mesas, armários, geladeiras, fogões, utensílios de copa, etc.) com produtos apropriados, ou sempre que necessário, cuidando para que não permaneçam quaisquer resíduos de alimentos ou gordura;
- 3.4.1.12 – Descartar o lixo da copa, sempre que necessário, em sacos plásticos resistentes ao transporte do mesmo;
- 3.4.1.13 – Executar outras tarefas da mesma natureza e grau de complexidade atinente à função;
- 3.4.1.14 - A programação dos serviços será feita periodicamente e deverá ser cumprida pela empresa, com atendimento sempre cortês.

3.4.2– Serviços a serem realizados semanalmente.

3.4.2.1 - Lavar, limpar, desinfetar e higienizar as dependências internas das copas, incluindo pias, sifões, torneiras, registros, móveis, armários e outros, bem como carrinhos e eletrodomésticos (geladeira, bebedouros e outros), fazendo uso de pano macio e produtos adequados a cada tipo de material a ser limpo e não prejudiciais à saúde humana, conservando o mais rigoroso padrão de higiene, arrumação e segurança.

4. DA DEFINIÇÃO DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS

4 - DEFINIÇÕES DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS

4.1 - São substâncias ou materiais destinados à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo:

- a) desinfetantes: destinados a destruir, indiscriminada ou seletivamente, microrganismos, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes;
- b) detergentes: destinados a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas, e a aplicações de uso doméstico;

9.2 - São equiparados aos produtos domissanitários os detergentes e desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições concernentes ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

ANEXO II-A DO CONTRATO Nº 012/2016
ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO (ANS)

A - INDICADOR Nº 01 - ABASTECIMENTO DE MATERIAL DE HIGIENE

Prazo para Reposição de Material de Higiene

Item	Descrição
Finalidade	Garantir que a reposição de materiais de higiene seja frequente, evitando-se seu desabastecimento.
Meta a cumprir	Prazo máximo de 20 (vinte) minutos após a solicitação para efetivar a reposição do material.
Instrumento de medição	Solicitação enviada à empresa pela fiscalização do contrato combinada com ligação ao Encarregado-Geral.
Forma de acompanhamento	Mensagens eletrônicas trocadas entre a fiscalização do contrato e a empresa/Encarregado. Contagem de prazo de atendimento: Início – Hora da mensagem/correspondência contendo a solicitação da fiscalização do contrato; Fim – Comunicação formal do Encarregado, e respectiva assinatura do Fiscal, no pedido encaminhado à empresa.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Média ponderada do tempo de atendimento das solicitações encaminhadas pela fiscalização do contrato ao Encarregado-Geral/empresa no mês, sendo a unidade mínima de medida = 01 minuto. Quantidade total de minutos para atendimento de todas as solicitações / Quantidade total de solicitações = Y.
Início de Vigência	Início da vigência do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<ul style="list-style-type: none"> • $0 = Y \leq 10$: 100% do valor da fatura mensal; • $10 > Y \leq 25$: 98% do valor da fatura mensal; • $Y > 25$: 95% do valor da fatura mensal.
Descontos Adicionais - Reincidência	Em caso de reincidência, sem prejuízo da faixa de ajuste, será aplicado desconto adicional de 5% sobre a Nota Fiscal . Será considerada reincidência a ocorrência subsequente àquela que deu causa a ajuste na faixa de pagamento no mês anterior.
Observações	1. Caso haja impedimentos para cumprimento dos prazos, a fiscalização do contrato deverá ser comunicada imediatamente, visando avallar as medidas necessárias ao saneamento do problema e a não incidência de ajustes no pagamento. 2. Todas as ocorrências deverão ser formalmente registradas para acompanhamento pela fiscalização do contrato e mensuração dos resultados alcançados pelo Acordo de Níveis de Serviços.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

ANEXO II-B DO CONTRATO Nº 012/2016

ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO (ANS)

B - INDICADOR Nº 02 - SUBSTITUIÇÃO DO MATERIAL OFERTADO	
Substituição do Material Ofertado (itens: 12.1.1; 13; 14; 15; 55 da Cláusula Quarta do CT e o item 30.1, "c", do TR)	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que o material de higiene e limpeza sejam condizentes com as especificações do Contrato.
Meta a cumprir	Ofertar material com qualidade aceitável. Todo o material oferecido deverá passar pelo crivo do Fiscal de Contrato. Quando necessárias, as substituições devem ser realizadas em, no máximo, 04 (quatro) horas.
Instrumento de medição	Solicitação enviada por meio eletrônico à empresa pela fiscalização do contrato. Avaliação do material a ser feita pelo Fiscal.
Forma de acompanhamento	Mensagens eletrônicas trocadas entre a fiscalização do contrato e a empresa. Contagem de prazo de atendimento: Início – Hora da mensagem contendo a solicitação da fiscalização do contrato; Fim – Comunicação formal do Encarregado, e respectiva assinatura do Fiscal, no pedido encaminhado à empresa.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	Média ponderada do tempo de atendimento das solicitações encaminhadas pela fiscalização do contrato ao Encarregado-Geral no mês, sendo a unidade mínima de medida = 01 hora. Quantidade total de horas para atendimento de todas as solicitações / Quantidade total de solicitações = Y.
Início de Vigência	Início da vigência do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<ul style="list-style-type: none"> • $0 = Y \leq 05$: 100% do valor da fatura mensal; • $05 > Y \leq 10$: 96% do valor da fatura mensal; • $Y > 10$: 92% do valor da fatura mensal.
Descontos Adicionais - Reincidência	Em caso de reincidência, sem prejuízo da faixa de ajuste, será aplicado desconto adicional de 5% sobre a Nota Fiscal . Será considerada reincidência a ocorrência subsequente àquela que deu causa a ajuste na faixa de pagamento no mês anterior.
Observações	1. Todas as ocorrências deverão ser formalmente registradas para acompanhamento pela fiscalização do contrato e mensuração dos resultados alcançados pelo Acordo de Níveis de Serviços.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá



JOSÉ MARIA DARMASSO LIMA
Diretor Presidente do RURAP
CONTRATANTE



FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
Construções e Comércio do Amapá LTDA-EPP
CONTRATADA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá


PLANO DE APLICAÇÃO

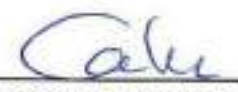
Plano de Aplicação dos recursos a serem repassados pelo RURAP à Empresa Construções e Comércio do Amapá LTDA-EPP, tendo como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização no Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências.

DISCRIMINAÇÃO	FONTES	PROGRAMA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR R\$
SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL	101 e 240	2291	3390.37 e 33.90.30	R\$ 426.952,68
TOTAL				R\$ 426.952,68

Importa o presente Plano de Aplicação no valor de R\$ 426.952,68 (Quatrocentos e Vinte e Seis Mil, Novecentos e Cinquenta e Dois Reais e Sessenta e Oito Centavos).

Macapá – AP, 05 de dezembro de 2016.


JOSÉ MARIA DARMASSO LIMA
Diretor Presidente do RURAP
CONTRATANTE


FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
Construções e Comércio do Amapá LTDA-EPP
CONTRATADA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá


CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO


Cronograma de Desembolso do CONTRATO Nº 012/2016 – RURAP (Prestação de Serviços), firmado entre o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP/AP e a Empresa Construções e Comércio do Amapá LTDA-EPP, tendo como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização no Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências.

Nº DE PARCELAS	MÊS	VALOR R\$
01	DEZEMBRO/2016	R\$ 35.579,39
02	JANEIRO/2017	R\$ 35.579,39
03	FEVEREIRO/2017	R\$ 35.579,39
04	MARÇO/2017	R\$ 35.579,39
05	ABRIL/2017	R\$ 35.579,39
06	MAIO/2017	R\$ 35.579,39
07	JUNHO/2017	R\$ 35.579,39
08	JULHO/2017	R\$ 35.579,39
09	AGOSTO/2017	R\$ 35.579,39
10	SETEMBRO/2017	R\$ 35.579,39
11	OUTUBRO/2017	R\$ 35.579,39
12	NOVEMBRO/2017	R\$ 35.579,39
TOTAL		R\$ 426.952,68

Importa o presente Cronograma de Desembolso no valor de R\$ 426.952,68 (Quatrocentos e Vinte e Seis Mil, Novecentos e Cinquenta e Dois Reais e Sessenta e Oito Centavos).

Macapá – AP, 05 de dezembro de 2016.


JOSÉ MARIA DARMASSO LIMA
Diretor Presidente do RURAP
CONTRATANTE


FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
Construções e Comércio do Amapá LTDA-EPP
CONTRATADA

Antônio Waldez Góes da Silva
Governador
João Bosco Papaléo Paes
vice-Governador



CONTRATO N° 012/2016
Macapá-Amapá
14 de Dezembro de 2016 - Quarta-feira
Circulação: 20.12.2016 às 10:00h
Tiragem: 250 exemplares com 24 páginas
N° 6338

Diário Oficial

Estado do Amapá

PODER EXECUTIVO

DECRETOS

Anexo do Decreto n.º 4433 de 14 de Dezembro de 2016

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO

26.000 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
26.201 - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DE ORDENAMENTO
TERRITORIAL

R\$ 1,00

Programa de Trabalho	Micro Região-Município	Idoso	Fonte	Natureza	Valor	Total
18.122.0001.2416	160003	0	240	3390.14	50.000	71.000
	160003	0	240	3390.30	10.000	
	160003	0	240	3390.36	1.000	
	160003	0	240	3390.39	10.000	
	160003	0	240	3390.47	1.000	

DECRETO N° 4433 de 14 de Dezembro de 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO
VALOR DE R\$ 72.000,00 PARA O
FIM QUE ESPECIFICA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas através do inciso VIII, do art. 119, da Constituição Estadual e do art. 7º, da Lei n.º 1.982 de 15 de janeiro de 2016, que estima a Receita e fixa a Despesa para Exercício Financeiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), destinado ao reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, conforme anexo constante do presente Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior, decorrem de Excesso de Arrecadação, na forma do inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal n.º 4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá-AP, 14 de Dezembro de 2016

ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA
Governador

ANTÔNIO PINHEIRO TELES JÚNIOR
Secretário de Estado do Planejamento

DECRETO N° 4434 de 14 de Dezembro de 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO
VALOR DE R\$ 10.914.066,00 PARA O
FIM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas através do inciso VIII, do art. 119, da Constituição Estadual e do art. 7º, da Lei n.º 1.982, de 15 de janeiro de 2016, que estima a Receita e fixa a Despesa para o Exercício Financeiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.914.066,00 (dez milhões noventa e quatro mil, seiscentos e seis reais), destinado ao reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, conforme anexos constantes do presente Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior, decorrem de Anulação Parcial ou Total de Dotações Orçamentárias, na forma do inciso III, § 1º do art. 43, da Lei Federal n.º 4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ - RURAP, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 4052, de 09 de Novembro de 2016, e tendo em vista o teor do Ofício Circular, nº 057/2016 - GAB/SEAD,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR os Servidores abaixo relacionados, para constituírem a COMISSÃO DE INVENTÁRIO PATRIMONIAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, pertencente ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, referente ao exercício de 2016, com os seguintes membros:

COMISSÃO

Maria José Guilhermes Rodrigues - Presidente;


Antônio Roges Coutinho Pereira - Membro;

Joial Rodrigues Guedes - Membro;

Énio Alencar Leão - Membro

Art. 2º Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Macapá (AP), 25 de Novembro de 2016.


SÉRGIO CARVALHO BARBOSA
Diretor Presidente em Exercício
Decreto nº 4052/16-GEA

PORTARIA Nº 105/2016 - UPICDAFI - RURAP


O Diretor Presidente do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ - RURAP, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 4052, de 09 de Novembro de 2016, e tendo em vista o teor do Ofício, nº 070/2016 - CATER/RURAP,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR o deslocamento do servidor José Renato Magno Xavier - Estacionista Agropecuário/Agropecuária até a cidade de Brasília - DF, com o objetivo de participar da Plenária da 18ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO, nos dias 23 e 24 de Novembro de 2016.

Art. 2º Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Macapá (AP), 15 de Novembro de 2016.


SÉRGIO CARVALHO BARBOSA
Diretor Presidente em Exercício
Decreto nº 4052/16-GEA

PORTARIA Nº 106/2016 - UPICDAFI - RURAP

O Diretor Presidente do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ - RURAP, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 5871, de 31 de dezembro de 2015, e tendo em vista o teor do Ofício, nº 083/2016 - CATER/RURAP,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR o deslocamento do servidor Ely de Sousa Silva - Coordenador de Coordenação de Assistência e Extensão Rural - CATER aos Municípios de Pedra Branca e Serra do Navio - AP, com o objetivo de realizar as reuniões locais e regionais de

Reunião do Território Centro - Oeste - CONTEC-CO, no período de 29 de Novembro a 02 de Dezembro de 2016.

Art. 2º Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Macapá (AP), 28 de Novembro de 2016.


SÉRGIO CARVALHO BARBOSA
Diretor Presidente em Exercício
Decreto nº 4052/16-GEA

PORTARIA Nº 109/2016 - UPICDAFI - RURAP

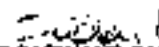
O Diretor Presidente do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ - RURAP, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 5871, de 31 de dezembro de 2015, e tendo em vista o teor do Ofício, nº 070/2016 - CATER/RURAP,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR o deslocamento do servidor Marcio Nemes de Costa - Gerente Regional Leste/CATER aos Municípios de Nauvel, Cadas e Distrito de São Joaquim do Povoamento - AP, o objetivo de realizar avaliação de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nas referidas sedes locais, no período de 29 de Novembro a 02 de Dezembro de 2016.

Art. 2º Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Macapá (AP), 28 de Novembro de 2016.


SÉRGIO CARVALHO BARBOSA
Diretor Presidente em Exercício
Decreto nº 4052/16-GEA

PORTARIA Nº 110/2016 - UPICDAFI - RURAP

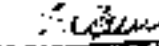
O Diretor Presidente do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ - RURAP, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 5871, de 31 de dezembro de 2015, e tendo em vista o teor do Ofício, nº 041/2016 - CATER/RURAP,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR o deslocamento do servidor Raimundo Nonato da Castro Ribeiro - Gerente da Região Regional Sul/CATER até os municípios Vitor do Jari, Laranjal do Jari e Mazagão - AP, com o objetivo de realizar avaliação de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nas referidas sedes locais, no período de 29 de Novembro a 02 de Dezembro de 2016.

Art. 2º Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Macapá (AP), 28 de Novembro de 2016.


SÉRGIO CARVALHO BARBOSA
Diretor Presidente em Exercício
Decreto nº 4052/16-GEA

PORTARIA Nº 111/2016 - UPICDAFI - RURAP


O Diretor Presidente do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ - RURAP, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 5871, de 31 de dezembro de 2015, e tendo em vista o teor do Ofício, nº 083/2016 - CATER/RURAP,

082/2016-CATER/RURAP,
RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR o deslocamento do servidor Edilson José Costa Cardozo - Gerente Regional Norte/CATER para os Municípios do Oiapoque, Calçoene, Amapá, Pracuaba e Tartarugalzinho - AP, com o objetivo de realizar avaliação das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER nas referidas sedes locais, no período de 29 de Novembro a 02 de Dezembro de 2016.

Art. 2º Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Macapá (AP), 28 de Novembro de 2016.


SÉRGIO CARVALHO BARBOSA
Diretor Presidente em Exercício
Decreto nº 4052/16-GEA

PORTARIA Nº 112/2016 - UPICDAFI - RURAP


O Diretor Presidente do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ - RURAP, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 5871, de 31 de dezembro de 2015, e tendo em vista o teor do Ofício, nº 080/2016 - CATER/RURAP,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR o deslocamento do servidor Nasser Carlos Gueiros Chaves - Gerente da Região Regional Oeste/CATER até os municípios de Parícuti Gomes, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio - AP com o objetivo de realizar avaliação das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER nas referidas sedes locais, no período de 29 de Novembro a 02 de Dezembro de 2016.

Art. 2º Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Macapá (AP), 28 de Novembro de 2016.


SÉRGIO CARVALHO BARBOSA
Diretor Presidente em Exercício
Decreto nº 4052/16-GEA

PORTARIA Nº 113/2016 - UPICDAFI - RURAP

O Diretor Presidente do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ - RURAP, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 5871, de 31 de dezembro de 2015, e tendo em vista o teor do Ofício, nº 081/2016 - CATER/RURAP,

RESOLVE:

Art.1º HOMOLOGAR o deslocamento do servidor Ely de Sousa Silva - Coordenador de Assistência Técnica e Extensão Rural - CATER até a Cidade de Brasília - DF, com o objetivo de participar do Seminário de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, no período de 07 a 09 de Dezembro de 2016, em Brasília - DF.

Art. 2º Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Macapá (AP), 28 de Novembro de 2016.


JOSÉ MARIA DAMASCENO LEÃO
Diretor Presidente
Decreto nº 5871/15-GEA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0122016 - RURAP
(PRATICAÇÃO DE SERVIÇO)

Assinatura: Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, com o Conselho, e a Empresa CONSTRUTORA E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-PP

ANEXO DO 1º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 002/2018 - CLICIDEA PARTER;
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ -
CEA E A EMPRESA MACHADO E ASSOCIADOS



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2016 – RURAP
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

Processo: 37.0220/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ – RURAP, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP, COMO CONTRATADA, PELOS FATOS E FUNDAMENTOS DE DIREITOS A SEGUIR DESCRITOS:

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, Autarquia Estadual, criada pelo Decreto (N) Nº 0122 de 23 de Agosto de 1991, sediada à BR 156, Km 2, S/Nº, bairro São Lázaro, na capital do Estado do Amapá, inscrita no CNPJ (MF) sob o Nº 34.926.188/0001-15, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Sr. OSVALDO HÉLIO DANTAS SOARES, nomeado pelo Decreto n.º 3474 de 06 de setembro de 2017, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo, portador da carteira de identidade de nº 712358/AP, CPF nº 148.809.202-82, residente e domiciliado na Av. Alagoas nº 284, Bairro Pacoval, nesta cidade de Macapá, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado como **CONTRATADA** a Empresa **CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ (MF) nº. 34.871.707/0001-95, Inscrição Estadual nº 03.007619-1, localizada à Av. Raimundo Antonio Machado, nº 560, bairro Novo Burtizal, nesta cidade de Macapá-AP, CEP: 68.904-043, telefone: 3224-1222, representada neste ato pelo Sr. FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES, brasileiro, empresário, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 233854 – 2ª Via - DPTC / AP e do CPF nº. 563.349.402-44, residente e domiciliado na Av. dos Goitacazes, nº 99, bairro Beiró, nesta cidade de Macapá, Estado do Amapá, CEP: 68.900-000, fone: (096) 3224-1222 – (096) 99125-1150, nesta cidade de Macapá, estado do Amapá, resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato, tendo em vista o que consta no Processo nº 37.0117/2016, Pregão Eletrônico nº 016/2016, com fulcro na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; pelo Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e alterações posteriores; pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; pelo Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007; pela Instrução Normativa SLTU/MP nº 02, de 30 de abril de 2008 e suas alterações; pela Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1.998; pelo Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997; pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, processo 37.0220/2017 e pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, mediante as cláusulas e condições seguintes:



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

O presente Termo Aditivo fundamenta-se nos Artigos 57, Inc. II e 65, Inc. II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 alterada pela Lei 9.648, de 27 de maio de 1998, e alterações posteriores.

Processo nº 37.0220/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente instrumento tem por objetivo Repactuação Contratual e dar continuidade ao Contrato nº 012/2016, cujo objeto é a prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização no Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá- RUPAP, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências.

Pelo presente Termo Aditivo as partes identificadas no pòrtico do Contrato Original, declaram, aceitam e ajustam que o instrumento acima identificado tem alteradas as seguintes Cláusulas do contrato originário: Cláusula Sétima- Do Preço e da Repactuação, Cláusula Oitava- Da Dotação Orçamentária e Cláusula Décima Segunda – Da Vigência.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Aditivo é decorrente da solicitação de repactuação, conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2017 n.º de Registro no MTE: AP000007/2017 de o Termo Aditivo da Convenção AP000047/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Altera a Cláusula Sétima - do Preço e da Repactuação do contrato originário, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Pelos serviços executados, com a repactuação o valor mensal de R\$35.579,39 (trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e nove reais e trinta e nove centavos), passa a ser de R\$ 38.665,42 (trinta e oito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), perfazendo o montante anual de R\$ 463.985,02 (quatrocentos e sessenta e três mil, novecentos e oitenta e cinco reais e dois centavos), conforme planilhas de composição de preços atendendo a Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2017, correspondente a um aumento de 8,67% do valor pago atualmente, que será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA:

Altera a Cláusula Oitava – da Dotação Orçamentária do contrato originário, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Os recursos financeiros necessários e suficientes pela execução dos serviços contratados constam no orçamento do RUPAP, através da Fonte: 101 -240; Programa: 2291 – Natureza da despesa: 3390.37 – Mão de Obra e Fonte: 101 -240; Programa: 2291 – Natureza da despesa: 3390.30 – Materiais de Consumo, constante na previsão orçamentária exercício 2017/2018.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

CLÁUSULA QUINTA:

Altera a Cláusula Décima Segunda - da Vigência do contrato originário, que passará a vigorar com a seguinte redação:

O Contrato será prorrogado por 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura 06/12/2017 A 06/12/2018, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, da Lei nº 8.666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

CLÁUSULA SEXTA- DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato originário, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO:

Incomberá o RURAP providenciar, à sua conta, a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial do Estado do Amapá, para ocorrer no prazo de 20 dias.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo Aditivo ao Contrato será o da Comarca de Macapá-AP.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo em (05) cinco vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Macapá-AP, 06 de dezembro de 2017.

OSVALDO HÉLIO DANTAS SOARES
 Diretor Presidente do RURAP
 CONTRATANTE

FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
 Construções & Comércio do Amapá LTDA-EPP
 CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:
 CPF: 810.541.572-00

NOME:
 CPF: 375.488.912-53



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá


PLANO DE APLICAÇÃO


Plano de Aplicação dos recursos para o Primeiro Termo Aditivo a serem repassados pelo RURAP à Empresa Construções e Comércio do Amapá LTDA-EPP, tendo como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização no Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências.

DISCRIMINAÇÃO	FONTES	PROGRAMA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR R\$
SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL	101 e 240	2291	3390.37 e 33.90.30	R\$ 463.985,02
TOTAL				R\$ 463.985,02

Importa o presente Plano de Aplicação no valor **R\$ 463.985,02** (quatrocentos e sessenta e três mil, novecentos e oitenta e cinco reais e dois centavos),

Macapá – AP, 06 de dezembro de 2016.


OSVALDO HÉLIO DANTAS SOARES
 Diretor Presidente do RURAP
CONTRATANTE


FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
 Construções e Comércio do Amapá LTDA-EPP
CONTRATADA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

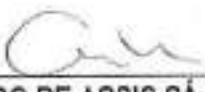
Cronograma de Desembolso do **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2016 – RURAP (Prestação de Serviços)**, firmado entre o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP/AP e a **Empresa Construções e Comércio do Amapá LTDA-EPP**, tendo como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização no Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências.

Nº DE PARCELAS	MÊS	VALOR R\$
01	DEZEMBRO/2017	R\$38.665,42
02	JANEIRO/2018	R\$38.665,42
03	FEVEREIRO/2018	R\$38.665,42
04	MARÇO/2018	R\$38.665,42
05	ABRIL/2018	R\$38.665,42
06	MAIO/2018	R\$38.665,42
07	JUNHO/2018	R\$38.665,42
08	JULHO/2018	R\$38.665,42
09	AGOSTO/2018	R\$38.665,42
10	SETEMBRO/2018	R\$38.665,42
11	OUTUBRO/2018	R\$38.665,42
12	NOVEMBRO/2018	R\$38.665,42
TOTAL		R\$463.985,02

Importa o presente Cronograma de Desembolso no valor de **R\$ 463.985,02 (quatrocentos e sessenta e três mil, novecentos e oitenta e cinco reais e dois centavos)**.

Macapá – AP, 06 de dezembro de 2017.


OSVALDO HÉLIO DANTAS SOARES
 Diretor Presidente do RURAP
CONTRATANTE


FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
 Construções e Comércio do Amapá LTDA-EPP
CONTRATADA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá



JUSTIFICATIVA Nº 092/2017- RURAP

Ratifico nos Termos da Lei nº 8.666/93
de junho de 1993 e suas alterações posteriores.


Osvaldo Helly Dantas Soares
Diretor Presidente do RURAP

O Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 012/2016-SDR altera as Cláusulas: Cláusula Sétima- Do Preço e da Repactuação, Cláusula Oitava- Da Dotação Orçamentária e Cláusula Décima Segunda - Da Vigência do contrato originário, prorrogando por 12 (doze) meses a sua vigência, a contar de 06/12/2017 a 06/12/2018.

Justifica-se o Termo Aditivo, tendo em vista que os serviços prestados pela Empresa Construções & Comércio do Amapá Ltda- EPP, que tem como objeto prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação, e higienização no Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá- RURAP, compreendendo além dos postos de serviços, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências. A referida empresa vem prestando serviços de forma satisfatória, cumprindo com suas obrigações contratuais, e seu quantitativo contratado suficiente para suprir as necessidades do RURAP, e sendo o preço compatível com o de mercado e maior economicidade para administração.

Justifica-se a Repactuação contratual, tendo em vista garantir a efetividade do equilíbrio econômico-financeiro do contrato nº 012/2016, tendo em vista a Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2017 nº de Registro no MTE: AP000007/2017 e Termo Aditivo AP000047/2017.

Assim, pelo exposto requer que o presente contrato seja aditivado com respaldo legal nos Artigos 57, Inciso II e 65, Inciso II, alínea 'd' da Lei nº 8.666/93.

Macapá-AP 19/03/2017


Edilene Guimarães Borges
Chefe da Unidade de Contratos e convênios

Antônio Waldez Góes da Silva
Governador
João Bosco Papaléo Paes
vice-Governador



Macapá-Amapá
14 de Dezembro de 2017 - Quinta-feira
Circulação: 14.12.2017 às 17:00h
Exemplar com 32 páginas
Nº 6581

Diário Oficial

Estado do Amapá

PODER EXECUTIVO

LEIS

LEI Nº 2.259 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Lei nº 0726, de 06 de dezembro de 2002, que dispõe sobre os cargos, funções e organização dos Quadros de Pessoal e Planos de Carreira do Poder Judiciário no Estado do Amapá, com as modificações introduzidas pelas Leis nºs 0732, de 17.02.03; 0754, de 06.06.03; 0800, de 08.01.04; 0825, de 18.05.04; 0892, de 12.06.05; 1.313, de 02.03.09; 1.377, de 07.10.09; 1.528, de 29.12.10; 1.549, de 22.06.11; 1.576, de 18.11.11; 1.608, de 29.12.11; 1.691, de 02.07.12; 1.694, de 04.07.12; 1.707, de 13.08.12; 1.711, de 11.10.12; 1.728, de 28.12.12; 2.031, de 10.05.16; 2.074, de 10.07.16 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá aprovou e eu, nos termos do art. 107 da Constituição Estadual, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 14, 18, 22 e 41, da Lei nº 0726, de 06 de dezembro de 2002, com alterações posteriores, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. O cargo em comissão de Diretor-Geral do Tribunal é privativo de Bacharel em Direito ou de Bacharel em Ciências da Administração, Contábeis ou Econômicas; os cargos em comissão de Assessor Jurídico de 1º e 2º Grau, de Diretor de Secretaria do Tribunal Pleno, de Diretor de Secretaria de Seção Única, de Diretor de Secretaria de Câmara Única, incluindo seus Diretores de Subsecretaria para Matéria Penal e para Matéria Civil, do Secretário Executivo da Escola Judicial, do Chefe de Secretaria das Comissões Permanentes, de Diretor da Secretaria

de Gestão Processual Eletrônica e de Diretor de Divisão de Convênios e de Secretário Especial de Precatórios, são privativos de Bacharel em Direito. (NR)

§ 1º O cargo em comissão de Diretor do Departamento Financeiro é privativo de Bacharel em Ciências Contábeis ou Econômicas.

§ 2º Os cargos em comissão de Diretor de Secretaria Única Judiciária e de Chefe de Secretaria de Ofício Judicial serão providos, exclusivamente, por servidor integrante do Quadro de Pessoal Permanente da Justiça Estadual.

Art. 18. Os Cargos em Comissão de Assessor de Planejamento e Organização, de Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas, de Diretor de Departamento de Compras e Contratos, de Assessor Especial Administrativo e de Assessor Especial Executivo, são privativos de graduados na área de Ciências Humanas, e o Cargo em Comissão de Diretor de Departamento Administrativo é privativo de graduado nas áreas de Ciências Humanas ou de Ciências Exatas. (NR)

Art. 22. Os Depositários Públicos das Comarcas de Macapá, Santana e Laranjal do Jari serão indicados pelo Diretor do respectivo Fórum e nomeados pelo Presidente do Tribunal. (NR)

§ 2º Nas Comarcas Interiores, onde existir 01 (uma) Vara instalada, os serventuários ocupantes do Cargo em Comissão de Chefe de Secretaria de Ofício Judicial acumularão a função de Depositário Público, sem implicação de acréscimo pecuniário ulteriore.

Art. 41. São órgãos auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, o Gabinete da Presidência, a Escola Judicial, a Diretoria-Geral, o Departamento de Informática e Telecomunicações, o Departamento Financeiro, o Departamento de Gestão de Pessoas, o Departamento Administrativo, o Departamento de Compras e Contratos, o Departamento de Sistemas e a Secretaria Especial de Precatórios, com a estrutura constante nesta Lei e as atribuições estabelecidas no Regimento Interno do Tribunal e da Diretoria-Geral do Tribunal. (NR)

§ 1º O Gabinete da Presidência é composto dos seguintes Cargos em Comissão:

I - 01 (um) Chefe de Gabinete da Presidência, Código 101.1, Nível CDSJ-1;

II - 01 (um) Assessor de Planejamento e Organização, Código 101.2, Nível CDSJ-2;

III - 01 (um) Assessor Técnico de Controle Interno, Código 101.2, Nível CDSJ-2;

IV - 01 (um) Presidente da Comissão de Listação e Cadastro, Código 101.3, Nível CDSJ-2;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº012/2016 – RURAP
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

Processo: 37.0224/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ – RURAP, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA F DE A S GONÇALVES EIRELI, COMO CONTRATADA, PELOS FATOS E FUNDAMENTOS DE DIREITOS A SEGUIR DESCRITOS:

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, Autarquia Estadual, criada pelo Decreto (N) Nº 0122 de 23 de Agosto de 1991, sediada à BR 156, Km 2, S/Nº, bairro São Lázaro, na capital do Estado do Amapá, inscrita no CNPJ (MF) sob o Nº 34.926.188/0001-15, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Sr. OSVALDO HÉLIO DANTAS SOARES, nomeado pelo Decreto n.º 3474 de 08 de setembro de 2017, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo, portador da carteira de identidade de nº 712358/AP, CPF nº 148.809.202-82, residente e domiciliado na Av. Alagoas nº 284, Bairro Pacoval, nesta cidade de Macapá, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado como **CONTRATADA** a Empresa F DE A S GONÇALVES EIRELI, nome fantasia **AMAZÔNIA SERVIÇOS**, inscrita no CNPJ (MF) nº. 34.871.707/0001-95, inscrita na Junta Comercial sob o NIRE 16200024489, sediada na rua Mateus Valente do Couto, nº 329- A, bairro Nova Esperança, nesta cidade de Macapá-AP, CEP: 68.901-720, telefone: 3224-1222, representada neste ato pelo Sr. FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES, brasileiro, empresário, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº. 233854 – 2ª Via - DPTC / AP e do CPF nº. 563.349.402-44, residente e domiciliado na Av. dos Goitacazes, nº 99, bairro Beiril, nesta cidade de Macapá, Estado do Amapá, CEP: 68.900-000, fone: (096) 3224-1222 – (096) 99125-1150, nesta cidade de Macapá, estado do Amapá, resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato, tendo em vista o que consta no Processo nº 37.0117/2016, Pregão Eletrônico nº 016/2016, com fulcro na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; pelo Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e alterações posteriores; pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; pelo Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007; pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008 e suas alterações; pela Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1.998; pelo Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997; pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, **processo 37.0224/2018** e pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, mediante as cláusulas e condições seguintes:

A *Ass*



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

O presente Termo Aditivo fundamenta-se nos Artigos 57, Inc. II e 65, Inc. II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 *alterada pela Lei 9.648, de 27 de maio de 1998, e alterações posteriores.*

Processo nº 37.0224/2018/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente instrumento tem por objetivo Repactuação Contratual e dar continuidade ao Contrato nº 012/2016, cujo objeto é a **prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização** no Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá- RURAP, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências.

Pelo presente Termo Aditivo as partes identificadas no pòrtico do Contrato Original, declaram, aceitam e ajustam que o instrumento acima identificado tem alteradas as seguintes Cláusulas do contrato originário: **Cláusula Sétima- Do Preço e da Repactuação, Cláusula Oitava- Da Dotação Orçamentária e Cláusula Décima Segunda – Da Vigência.**

PARÁGRAFO ÚNICO: O Aditivo é decorrente da solicitação de repactuação, conforme **Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2018 nº de Registro no MTE: AP000038/2018.**

CLAÚSULA TERCEIRA:

Altera a Cláusula Sétima - **do Preço e da Repactuação** do contrato originário, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Pelos serviços executados, com a repactuação o valor mensal de R\$ 38.665,42 (trinta e oito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), **passa a ser de R\$39.163,40 (trinta e nove mil, cento e sessenta e três reais e quarenta centavos),** perfazendo o montante anual de **R\$ 469.960,74 (quatrocentos e sessenta e nove mil, novecentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos),** conforme planilhas de composição de preços atendendo a **Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2018, correspondente a um aumento de 1.287914% do valor pago atualmente,** que será fixo e irrealizável pelo período de 12 (doze) meses.

CLAÚSULA QUARTA:

Altera a Cláusula Oitava – **da Dotação Orçamentária** do contrato originário, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Os recursos financeiros necessários e suficientes pela execução dos serviços contratados constam no orçamento do RURAP, através da **Fonte: 101 -240; Programa: 2291 – Natureza da despesa: 3390.37 – Mão de Obra e Fonte: 101 -240; Programa: 2291 – Natureza da despesa: 3390.30 – Materiais de Consumo, constante na previsão orçamentária exercício 2018/ 2019.**



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

CLÁUSULA QUINTA:

Altera a Cláusula Décima Segunda – da Vigência do contrato originário, que passará a vigorar com a seguinte redação:

O Contrato será prorrogado por 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura **07/12/2018 A 07/12/2019**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, **até o limite de 60 (sessenta) meses**, na forma do art. 57, da Lei nº 8.666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

CLÁUSULA SEXTA- DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato originário, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO:

Incumbirá o RURAP providenciar, à sua conta, a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial do Estado do Amapá, para ocorrer no prazo de 20 dias.


CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo Aditivo ao Contrato será o da Comarca de Macapá-AP.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo em (05) cinco vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Macapá-AP, 07 de dezembro de 2018.


OSVALDO HÉLIO DANTAS SOARES
 Diretor Presidente do RURAP
 CONTRATANTE


FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
 F DE A S GONÇALVES EIRELI
 CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

 NOME:
 CPF:

 NOME:
 CPF:



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

PLANO DE APLICAÇÃO

Plano de Aplicação dos recursos para o Segundo Termo Aditivo a serem repassados pelo RURAP à Empresa F DE A S GONÇALVES EIRELI, tendo como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização no Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências.

DISCRIMINAÇÃO	FONTES	PROGRAMA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR R\$
SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL	101 e 240	2291	3390.37 e 33.90.30	R\$ 469.960,74
TOTAL				R\$ 469.960,74

Importa o presente Plano de Aplicação no valor R\$ 469.960,74 (quatrocentos e sessenta e nove mil, novecentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos),

Macapá – AP, 07 de dezembro de 2018.

OSVALDO HÉLIO DANTAS SOARES
 Diretor Presidente do RURAP
 CONTRATANTE

FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
 F DE A S GONÇALVES EIRELI
 CONTRATADA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Cronograma de Desembolso do **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2016 – RURAP (Prestação de Serviços)**, firmado entre o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP/AP e a Empresa **F DE A S GONÇALVES EIRELI**, tendo como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização no Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências.

Nº DE PARCELAS	MÊS	VALOR R\$
01	DEZEMBRO/2018	R\$39.163,40
02	JANEIRO/2019	R\$39.163,40
03	FEVEREIRO/2019	R\$39.163,40
04	MARÇO/2019	R\$39.163,40
05	ABRIL/2019	R\$39.163,40
06	MAIO/2019	R\$39.163,40
07	JUNHO/2019	R\$39.163,40
08	JULHO/2019	R\$39.163,40
09	AGOSTO/2019	R\$39.163,40
10	SETEMBRO/2019	R\$39.163,40
11	OUTUBRO/2019	R\$39.163,40
12	NOVEMBRO/2019	R\$39.163,40
TOTAL		R\$469.960,74

Importa o presente Cronograma de Desembolso no valor de **R\$ 469.960,74** (quatrocentos e sessenta e nove mil, novecentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos).

Macapá – AP, 07 de dezembro de 2018.

OSVALDO HÉLIO DANTAS SOARES
 Diretor Presidente do RURAP
CONTRATANTE

FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
F DE A S GONÇALVES EIRELI
CONTRATADA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural



Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
UNIDADE DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E COMPRAS/UCCC-NAFI/COAFI

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2016 – RURAP
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

Processo: 37.0186/2019- RURAP

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ – RURAP, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA F DE A S GONÇALVES EIRELI, COMO CONTRATADA, PELOS FATOS E FUNDAMENTOS DE DIREITOS A SEGUIR DESCRITOS:

O Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, Autarquia Estadual, criada pelo Decreto (N) Nº 0122 de 23 de Agosto de 1991, alterada pela Lei nº 2.424, de 15 de julho de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6959, de 15/07/2019, sediada à BR 156, Km 2, S/Nº, bairro São Lázaro, bloco administrativo, funcionando de forma provisória localizado à av. Cora de Carvalho, nº 2430-A, Bairro Santa Rita, na capital do Estado do Amapá, inscrita no CNPJ (MF) sob o Nº 34.926.188/0001-15, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Sr. OSVALDO HÉLIO DANTAS SOARES, nomeado pelo Decreto nº 3981/2019-GEA, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo, portador da carteira de identidade de nº 712358-PTC/AP, CPF nº 148.809.202-82, residente e domiciliado na Av. Alagoas nº 284, Bairro Pacoval, nesta cidade de Macapá, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado como **CONTRATADA** a Empresa F DE A S GONÇALVES EIRELI, nome fantasia **AMAZÔNIA SERVIÇOS**, inscrita no CNPJ (MF) nº. 34.871.707/0001-95, inscrita na Junta Comercial sob o NIRE 16200024489, sediada na rua Mateus Valente do Couto, nº 329- A, bairro Nova Esperança, nesta cidade de Macapá-AP, CEP: 68.901-720, telefone: 3224-1222, representada neste ato pelo Sr. FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES, brasileiro, empresário, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº. 233854 – 2ª Via - DPTC / AP e do CPF nº. 563.349.402-44, residente e domiciliado na Av. dos Goitacazes, nº 99, bairro Beiril, nesta cidade de Macapá, Estado do Amapá, CEP: 68.900-000, fone: (096) 3224-1222 – (096) 99125-1150, nesta cidade de Macapá, estado do Amapá, resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato, tendo em vista o que consta no Processo nº 37.0117/2016, Pregão Eletrônico nº 016/2016, com fulcro na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; pelo Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e alterações posteriores; pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; pela Lei Complementar nº 123, de 14 de



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural



Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá

dezembro de 2006; pelo Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007; pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008 e suas alterações; pela Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1.998; pelo Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997; pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, **processo 37.0186/2019** e pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

O presente Termo Aditivo fundamenta-se nos Artigos 57, Inc. II e 65, Inc. II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 alterada pela Lei 9.648, de 27 de maio de 1998, e alterações posteriores.
Processo nº 37.0186/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente instrumento tem por objetivo Repactuação Contratual e dar continuidade ao Contrato nº 012/2016, cujo objeto é a prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização no Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá- RURAP, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências.

Pelo presente Termo Aditivo as partes identificadas no pórtico do Contrato Original, declaram, aceitam e ajustam que o instrumento acima identificado tem alteradas as seguintes Cláusulas do contrato originário: **Cláusula Sétima- Do Preço e da Repactuação, Cláusula Oitava- Da Dotação Orçamentária e Cláusula Décima Segunda – Da Vigência.**

PARÁGRAFO ÚNICO: O Aditivo é decorrente da solicitação de repactuação, conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2019 nº de Registro no MTE: AP000003/2019.

CLAUSULA TERCEIRA: Altera a Cláusula Sétima - do Preço e da Repactuação do contrato originário, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Pelos serviços executados, com a repactuação o valor mensal de R\$39.163,40 (trinta e nove mil, cento e sessenta e três reais e quarenta centavos), passa a ser R\$41.953,05 (quarenta e um mil, novecentos e cinquenta e três reais e cinco centavos) perfazendo o montante anual de R\$ 503.436,59 (quinhentos e três mil, quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta e nove centavos), conforme planilhas de composição de preços atendendo a Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2019, correspondente a um aumento de **7,123116% do valor pago atualmente**, que será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural



Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá

CLÁUSULA QUARTA: Altera a Cláusula Oitava – da Dotação Orçamentária do contrato originário, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Os recursos financeiros necessários e suficientes pela execução dos serviços contratados constam no orçamento do RURAP, através da Fonte: 101 -240; Programa: 2291 – Natureza da despesa: 3390.37 – Mão de Obra e Fonte: 101 -240; Programa: 2291 – Natureza da despesa: 3390.30 – Materiais de Consumo, constante na previsão orçamentária exercício 2019/ 2020.

CLÁUSULA QUINTA: Altera a Cláusula Décima Segunda – da Vigência do contrato originário, que passará a vigorar com a seguinte redação:

O Contrato será prorrogado por 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura **08/12/2019 A 08/12/2020**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, da Lei nº 8.666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

CLÁUSULA SEXTA- DA RATIFICAÇÃO:

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato originário, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.


CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO:

Incumbirá o RURAP providenciar, à sua conta, a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial do Estado do Amapá, para ocorrer no prazo de 20 dias.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO: O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo Aditivo ao Contrato será o da Comarca de Macapá-AP.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo em (05) cinco vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Macapá-AP, 08 de dezembro de 2019.


OSVALDO HÉLIO DANTAS SOARES

Diretor Presidente do RURAP

CONTRATANTE


FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES

F DE A S GONÇALVES EIRELI

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF: 039 802 192-91

NOME:

CPF: 870.506.092-34



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural



Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá


PLANO DE APLICAÇÃO


Plano de Aplicação dos recursos para o Terceiro Termo Aditivo a serem repassados pelo RURAP à Empresa F DE A S GONÇALVES EIRELI, tendo como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização no Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências.

DISCRIMINAÇÃO	FONTES	PROGRAMA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR R\$
SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL	101 e 240	2291	3390.37 e 33.90.30	R\$503.436,59
TOTAL				R\$503.436,59

Importa o presente Plano de Aplicação no valor R\$ 503.436,59 (quinhentos e três mil, quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta e nove centavos),

Macapá – AP, 08 de dezembro de 2019.


OSVALDO HÉLIO DANTAS SOARES
Diretor Presidente do RURAP
CONTRATANTE


FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
F DE A S GONÇALVES EIRELI
CONTRATADA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural



Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO


Cronograma de Desembolso do TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2016 – RURAP (Prestação de Serviços), firmado entre o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP/AP e a Empresa F DE A S GONÇALVES EIRELI, tendo como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização no Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências.

Nº DE PARCELAS	MÊS	VALOR R\$
01	DEZEMBRO/2019	R\$41.953,05
02	JANEIRO/2020	R\$41.953,05
03	FEVEREIRO/2020	R\$41.953,05
04	MARÇO/2020	R\$41.953,05
05	ABRIL/2020	R\$41.953,05
06	MAIO/2020	R\$41.953,05
07	JUNHO/2020	R\$41.953,05
08	JULHO/2020	R\$41.953,05
09	AGOSTO/2020	R\$41.953,05
10	SETEMBRO/2020	R\$41.953,05
11	OUTUBRO/2020	R\$41.953,05
12	NOVEMBRO/2020	R\$41.953,05
TOTAL		R\$503.436,59

Importa o presente Cronograma de Desembolso no valor de R\$ 503.436,59 (quinhentos e três mil, quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta e nove centavos).

Macapá – AP, 08 de dezembro de 2019.


OSVALDO HÉLIO DANTAS SOARES
Diretor Presidente do RURAP
CONTRATANTE


FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
F DE A S GONÇALVES EIRELI
CONTRATADA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural



Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá

JUSTIFICATIVA Nº 001/2019- RURAP

Ratifico nos Termos da Lei nº 8.666/93
de junho de 1993 e suas alterações posteriores

Daniel Santos de Assis
Diretor Presidente do RURAP em Exercício
Decreto nº 4403/2019-GEA

O Terceiro Termo Aditivo ao contrato nº 012/2016-SDR altera as Cláusulas: **Cláusula Sétima- Do Preço e da Repactuação, Cláusula Oitava- Da Dotação Orçamentária e Cláusula Décima Segunda – Da Vigência** do contrato originário, prorrogando por 12 (doze) meses a sua vigência, a contar de 08/12/2019 a 08/12/2020.

Justifica-se o Termo Aditivo, tendo em vista que os serviços prestados pela Empresa **F DE A S GONÇALVES EIRELI**, o contrato que tem como objeto prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação, e higienização no Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá- RURAP, compreendendo além dos postos de serviços, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências. A referida empresa vem prestando serviços de forma satisfatória, cumprindo com suas obrigações contratuais, e seu quantitativo contratado suficiente para suprir as necessidades do RURAP, e sendo o preço compatível com o de mercado e maior economicidade para administração.

Justifica-se a Repactuação contratual, tendo em vista garantir a efetividade do equilíbrio econômico-financeiro do contrato nº 012/2016, tendo em vista a Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2019 nº de Registro no MTE: AP000003/2019.

Assim, pelo exposto requer que o presente contrato seja aditivado com respaldo legal nos Artigos 57, Inciso II e 65, Inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93.

Macapá-AP 29/10/2019

Edilene Guimarães Borges
Chefe da Unidade de Contratos e convênios



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural



Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
UNIDADE DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E COMPRAS/UCCC-NAFI/COAFI

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2016 – RURAP
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

Processo: 37.0102/2020- RURAP

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ – RURAP, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA F DE A S GONÇALVES EIRELI, COMO CONTRATADA, PELOS FATOS E FUNDAMENTOS DE DIREITOS A SEGUIR DESCRITOS:

O Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, Autarquia Estadual, criada pelo Decreto (N) Nº 0122 de 23 de Agosto de 1991, alterada pela Lei nº 2.424, de 15 de julho de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6959, de 15/07/2019, sediada à BR 156, Km 2, S/Nº, bairro São Lázaro, bloco administrativo, funcionando de forma provisória localizado à av. Cora de Carvalho, nº 2430-A, Bairro Santa Rita, na capital do Estado do Amapá, inscrita no CNPJ (MF) sob o Nº 34.926.188/0001-15, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Sr. **Hugo Tibiriçá Paranhos Cunha**, nomeado pelo Decreto nº 1541/2020-GEA de 22 de abril de 2020, brasileiro, Tecnologia em Informática Educativa, portador da carteira de identidade de nº 150682-AP, CPF nº 870.660.332-72, residente e domiciliado na Av. Ataíde Teive nº 1081, Bairro Centro, nesta cidade de Macapá, **doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado como CONTRATADA a Empresa F DE A S GONÇALVES EIRELI, nome fantasia AMAZÔNIA SERVIÇOS**, inscrita no CNPJ (MF) nº. 34.871.707/0001-95, inscrita na Junta Comercial sob o NIRE 16200024489, sediada na rua Mateus Valente do Couto, nº 329- A, bairro Nova Esperança, nesta cidade de Macapá-AP, CEP: 68.901-720, telefone: 3224-1222, representada neste ato pelo **Sr. Francisco de Assis Sá Gonçalves**, brasileiro, empresário, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº. 233854 – 2ª Via - DPTC / AP e do CPF nº. 563.349.402-44, residente e domiciliado na Av. dos Goitacazes, nº 99, bairro Beiril, nesta cidade de Macapá, Estado do Amapá, CEP: 68.900-000, fone: (096) 3224-1222 – (096) 99125-1150, nesta cidade de Macapá, estado do Amapá, resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato, tendo em vista o que consta no Processo nº 37.0117/2016, Pregão Eletrônico nº 016/2016, com fulcro na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; pelo Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e alterações posteriores; pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; pelo Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007; pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008 e suas



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural



Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá

alterações; pela Lei n.º 9.632, de 07 de maio de 1.998; pelo Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997; pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, **processo 37.0102/2020** e pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

O presente Termo Aditivo fundamenta-se nos Artigos 57, Inc. II e 65, Inc. II, §1º da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 alterada pela Lei 9.648, de 27 de maio de 1998, e alterações posteriores.
Processo nº 37.0102/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente instrumento tem por objetivo Repactuação Contratual e dar continuidade ao Contrato nº 012/2016, cujo objeto é a prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização no Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá- RURAP, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências.

Pelo presente Termo Aditivo as partes identificadas no pórtico do Contrato Original, declaram, aceitam e ajustam que o instrumento acima identificado tem alteradas as seguintes Cláusulas do contrato originário: **Cláusula Sétima- Do Preço e da Repactuação, Cláusula Oitava- Da Dotação Orçamentária e Cláusula Décima Segunda – Da Vigência.**

PARÁGRAFO ÚNICO: O Aditivo é decorrente da solicitação de repactuação, conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2020 nº de Registro no MTE: AP000003/2020.

CLAÚSULA TERCEIRA: Altera a Cláusula Sétima - do Preço e da Repactuação do contrato originário, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Pelos serviços executados, com a repactuação o valor mensal de R\$41.953,05 (quarenta e um mil, novecentos e cinquenta e três reais e cinco centavos), **passa a ser R\$43.494,18 (quarenta e três mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e dezoito centavos)**, perfazendo o **montante anual de R\$521.930,16 (quinhentos e vinte e um mil, novecentos e trinta reais e dezesseis centavos)**, conforme planilhas de composição de preços atendendo a Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2020, correspondente a um aumento de **3,50% do valor pago atualmente**, que será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses.

CLAÚSULA QUARTA: Altera a Cláusula Oitava – da Dotação Orçamentária do contrato originário, que passará a vigorar com a seguinte redação:



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural



Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá

Os recursos financeiros necessários e suficientes pela execução dos serviços contratados constam no orçamento do RURAP, através da Fonte: 101/107; Programa: 2291 – Natureza da despesa: 3390.37 – Mão de Obra ; Programa: 2291 – Natureza da despesa: 3390.30 – Materiais de Consumo, constante na previsão orçamentária exercício 2020/ 2021.

CLÁUSULA QUINTA: Altera a Cláusula Décima Segunda – da Vigência do contrato originário, que passará a vigorar com a seguinte redação:

O Contrato será prorrogado por 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura **09/12/2020 A 09/12/2021**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, **até o limite de 60 (sessenta) meses**, na forma do art. 57, da Lei nº 8.666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

CLÁUSULA SEXTA- DA RATIFICAÇÃO:

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato originário, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.


CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO:

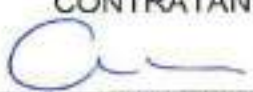
Incumbirá o RURAP providenciar, à sua conta, a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial do Estado do Amapá, para ocorrer no prazo de 20 dias.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO: O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo Aditivo ao Contrato será o da Comarca de Macapá-AP.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo em (05) cinco vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Macapá-AP, 09 de dezembro de 2020.


HUGO TIBIRIÇA PARANHOS CUNHA
Diretor Presidente do RURAP
CONTRATANTE


FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
F DE A S GONÇALVES EIRELI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural



Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá


PLANO DE APLICAÇÃO


Plano de Aplicação dos recursos para o **Quarto Termo Aditivo** a serem repassados pelo **RURAP** à Empresa **F DE A S GONÇALVES EIRELI**, tendo como objeto a **contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização** no Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá- RURAP, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências.

DISCRIMINAÇÃO	FONTES	PROGRAMA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR R\$
SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL	101 e 240	2291	3390.37 e 33.90.30	R\$521.930,16
TOTAL				R\$ 521.930,16

Importa o presente Plano de Aplicação no valor R\$521.930,16 (quinhentos e vinte um mil, novecentos e trinta reais e dezesseis centavos),

Macapá – AP, 09 de dezembro de 2020.


HUGO TIBIRIÇA PARANHOS CUNHA
Diretor Presidente do RURAP
CONTRATANTE


FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
F DE A S GONÇALVES EIRELI
CONTRATADA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá

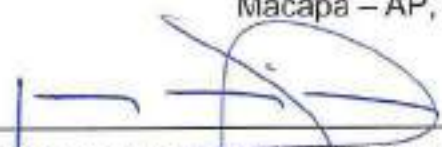
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Cronograma de Desembolso do **QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2016 – RURAP (Prestação de Serviços)**, firmado entre o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP/AP e a Empresa **F DE A S GONÇALVES EIRELI**, tendo como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização no Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências.

Nº DE PARCELAS	MÊS	VALOR R\$
01	DEZEMBRO/2020	R\$43.494,18
02	JANEIRO/2021	R\$43.494,18
03	FEVEREIRO/2021	R\$43.494,18
04	MARÇO/2021	R\$43.494,18
05	ABRIL/2021	R\$43.494,18
06	MAIO/2021	R\$43.494,18
07	JUNHO/2021	R\$43.494,18
08	JULHO/2021	R\$43.494,18
09	AGOSTO/2021	R\$43.494,18
10	SETEMBRO/2021	R\$43.494,18
11	OUTUBRO/2021	R\$43.494,18
12	NOVEMBRO/2021	R\$43.494,18
TOTAL		R\$521.930,16

Importa o presente Cronograma de Desembolso no valor de R\$521.930,16 (quinhentos e vinte um mil, novecentos e trinta reais e dezesseis centavos),

Macapá – AP, 09 de dezembro de 2020.


HUGO TIBIRICA PARANHOS CUNHA
 Diretor Presidente do RURAP
CONTRATANTE


FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
F DE A S GONÇALVES EIRELI
CONTRATADA

EXTRATO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº
012/2016 – RURAP (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

Processo: 37.0102/2020- RURAP

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ – RURAP, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA F DE A S GONÇALVES EIRELI, COMO CONTRATADA, PELOS FATOS E FUNDAMENTOS DE DIREITOS A SEGUIR DESCRITOS:

O Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, Autarquia Estadual, criada pelo Decreto (N) Nº 0122 de 23 de Agosto de 1991, alterada pela Lei nº 2.424, de 15 de julho de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6959, de 15/07/2019, sediada à BR 156, Km 2, S/Nº, bairro São Lázaro, bloco administrativo, funcionando de forma provisória localizado à av. Cora de Carvalho, nº 2430-A, Bairro Santa Rita, na capital do Estado do Amapá, inscrita no CNPJ (MF) sob o Nº 34.926.188/0001-15, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Sr. **Hugo Tibiriçá Paranhos Cunha**, nomeado pelo Decreto nº 1541/2020-GEA de 22 de abril de 2020, brasileiro, Tecnologia em Informática Educativa, portador da carteira de identidade de nº 150682-AP, CPF nº 870.660.332-72, residente e domiciliado na Av. Ataíde Teive nº 1081, Bairro Centro, nesta cidade de Macapá, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado como **CONTRATADA** a Empresa **F DE A S GONÇALVES EIRELI**, nome fantasia **AMAZÔNIA SERVIÇOS**, inscrita no CNPJ (MF) nº. 34.871.707/0001-95, inscrita na Junta Comercial sob o NIRE 16200024489, sediada na rua Mateus Valente do Couto, nº 329- A, bairro Nova Esperança, nesta cidade de Macapá-AP, CEP: 68.901-720, telefone: 3224-1222, representada neste ato pelo Sr. **Francisco de Assis Sá Gonçalves**, brasileiro, empresário, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº. 233854 – 2ª Via - DPTC / AP e do CPF nº. 563.349.402-44, residente e domiciliado na Av. dos Goitacazes, nº 99, bairro Beiró, nesta cidade de Macapá, Estado do Amapá, CEP: 68.900-000, fone: (096) 3224-1222 – (096) 99125-1150, nesta cidade de Macapá, estado do Amapá, resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato, tendo em vista o que consta no Processo nº 37.0117/2016, Pregão Eletrônico nº 016/2016, com fulcro na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; pelo Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e alterações posteriores; pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; pelo Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007; pela Instrução Normativa SLT/MP nº 02, de 30 de abril de 2008 e suas alterações; pela Lei nº 9.832, de 07 de maio de 1.998; pelo Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997; pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e

alterações posteriores, **processo 37.0102/2020** e pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

O presente Termo Aditivo fundamenta-se nos Artigos 57, Inc. II e 65, Inc. II, §1º da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 alterada pela Lei 9.648, de 27 de maio de 1998, e alterações posteriores.
Processo nº 37.0102/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente instrumento tem por objetivo Repactuação Contratual e dar continuidade ao Contrato nº 012/2018, cujo objeto é a prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização no Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá- RURAP, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências.

Pelo presente Termo Aditivo as partes identificadas no pórtico do Contrato Original, declaram, aceitam e ajustam que o instrumento acima identificado tem alteradas as seguintes Cláusulas do contrato originário: **Cláusula Sétima- Do Preço e da Repactuação, Cláusula Oitava- Da Dotação Orçamentária e Cláusula Décima Segunda – Da Vigência.**

PARÁGRAFO ÚNICO: O Aditivo é decorrente da solicitação de repactuação, conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2020 nº de Registro no MTE: AP000003/2020.

CLAUSULA TERCEIRA: Altera a Cláusula Sétima - do Preço e da Repactuação do contrato originário, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Pelos serviços executados, com a repactuação o valor mensal de R\$41.953,05 (quarenta e um mil, novecentos e cinquenta e três reais e cinco centavos), **passa a ser R\$43.494,18 (quarenta e três mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e dezoito centavos)**, perfazendo o montante anual de **R\$521.930,16 (quinhentos e vinte e um mil, novecentos e trinta reais e dezesseis centavos)**, conforme planilhas de composição de preços atendendo a Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2020, correspondente a um aumento de 3,50% do valor pago atualmente, que será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses.

CLAUSULA QUARTA: Altera a Cláusula Oitava – da Dotação Orçamentária do contrato originário, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Os recursos financeiros necessários e suficientes pela execução dos serviços contratados constam no orçamento do RURAP, através da Fonte: 101/107; Programa: 2291 – Natureza da despesa: 3390.37 – Mão de Obra ; Programa: 2291 – Natureza da despesa: 3390.30 – Materiais de Consumo, constante na previsão orçamentária exercício 2020/ 2021.

CLAUSULA QUINTA: Altera a Cláusula Décima Segunda – da Vigência do contrato originário, que passará a vigorar com a seguinte redação:

O Contrato será prorrogado por 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura 09/12/2020 A 09/12/2021, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, da Lei nº 8.666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

CLÁUSULA SEXTA- DA RATIFICAÇÃO:

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato originário, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

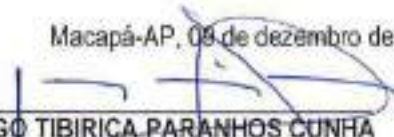
CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO:


Incumbirá o RURAP providenciar, à sua conta, a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial do Estado do Amapá, para ocorrer no prazo de 20 dias.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO: O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo Aditivo ao Contrato será o da Comarca de Macapá-AP.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo em (05) cinco vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Macapá-AP, 09 de dezembro de 2020.


HUGO TIBIRICA PARANHOS CUNHA
Diretor Presidente do RURAP
CONTRATANTE


FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
F DE A S GONÇALVES EIRELI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

PLANO DE APLICAÇÃO


Plano de Aplicação dos recursos para o Quarto Termo Aditivo a serem repassados pelo RURAP à Empresa F DE A S GONÇALVES EIRELI, tendo como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização no Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá- RURAP, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências.


DISCRI MINAÇ ÃO	FONTE S	PROG RAMA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR R\$
-----------------------	------------	--------------	---------------------------	--------------

SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL	101 e 240	2291	3390.37 e 33.90.30	R\$ 521.930,16
TOTAL				R\$ 521.930,16

Importa o presente Plano de Aplicação no valor R\$521.930,16 (quinhentos e vinte um mil, novecentos e trinta reais e dezesseis centavos),

Macapá – AP, 09 de dezembro de 2020.


HUGO TIBIRICA PARANHOS CUNHA
 Diretor Presidente do RURAP
 CONTRATANTE


FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
 F DE A S GONÇALVES EIRELI
 CONTRATADA


CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Cronograma de Desembolso do QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2016 – RURAP (Prestação de Serviços), firmado entre o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP/AP e a Empresa F DE A S GONÇALVES EIRELI, tendo como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização no Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências.


Nº DE PARCELAS	MÊS	VALOR R\$
01	DEZEMBRO/2020	R\$43.494,18
02	JANEIRO/2021	R\$43.494,18
03	FEVEREIRO/2021	R\$43.494,18
04	MARÇO/2021	R\$43.494,18
05	ABRIL/2021	R\$43.494,18
06	MAIO/2021	R\$43.494,18
07	JUNHO/2021	R\$43.494,18
08	JULHO/2021	R\$43.494,18
09	AGOSTO/2021	R\$43.494,18
10	SETEMBRO/2021	R\$43.494,18
11	OUTUBRO/2021	R\$43.494,18
12	NOVEMBRO/2021	R\$43.494,18
TOTAL		R\$521.930,16

Importa o presente Cronograma de Desembolso no valor de R\$521.930,16 (quinhentos e vinte um mil, novecentos e trinta reais e dezesseis centavos),

Macapá – AP, 09 de dezembro de 2020.



HUGO TIBIRIÇA PARANHOS CUNHA
Diretor Presidente do RURAP
CONTRATANTE



FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
F DE A S GONÇALVES EIRELI
CONTRATADA

Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá**PORTARIA Nº 126/2020-GAB/IEPA**

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 0338, de 16 de abril de 1997, alterada pela Lei nº 0699, de 28 de junho de 2002, Decreto nº 4476, de 15 de outubro de 2019 e tendo em vista o teor do Memo nº 250201.0005.3012.0004/2020 – LAMAN/EPA de 14 de Dezembro de 2020,

RESOLVE:

Art.1º - Homologar o deslocamento dos servidores, **ISAI JORGE DE CASTRO**, Professor e **CLAUDIA REGINA DA SILVA**, Gerente do Projeto "Mamíferos do Amapá" Código CDS-2, para viajarem da sede de suas atribuições em Macapá, até a localidade do Maruanum no Município de Santana, com objetivo de realizarem coleta de dados de pesquisa sobre mamíferos voadores, no período de 15 a 23/12/2020. Sem ônus para o Instituto.

Art.2º - Dê - se Ciência. Publique-se e Cumpra-se.

Macapá, 16 de Dezembro de 2020.

JORGE ELSON SILVA DE SOUZA
Diretor - Presidente

HASH: 2020-1218-0004-6881

PORTARIA Nº 127/2020-GAB/IEPA

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 0338, de 16 de abril de 1997, alterada pela Lei nº 0699, de 28 de junho de 2002, Decreto nº 4476, de 15 de outubro de 2019 e tendo em vista o teor do Memo nº 031/2020 – CP/IEPA de 16 de Dezembro de 2020,

RESOLVE:

Art.1º - Designar o servidor, **SALUSTIANO VILAR DA COSTANETO**, Pesquisador II, para exercer interinamente e em substituição ao cargo de Coordenador de Pesquisa, Código FGS-3, durante o impedimento do titular, **LUIS MAURICIO ABDON DA SILVA**, no período de 02 a 12/01/2021,

Art.2º - Dê - se Ciência. Publique-se e Cumpra-se.

Macapá, 18 de Dezembro de 2020.

JORGE ELSON SILVA DE SOUZA
Diretor - Presidente

HASH: 2020-1218-0004-6792

Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2016 – RURAP (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)**

Processo: 37.0102/2020- RURAP

Partes: O Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP e a Empresa **F DE A S GONÇALVES EIRELI**, nome fantasia **AMAZÔNIA SERVIÇOS**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

O presente Termo Aditivo fundamenta-se nos Artigos 57, Inc. II e 65, Inc. II, §1º da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 alterada pela Lei 9.648, de 27 de maio de 1998, e alterações posteriores.

Processo nº 37.0102/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente instrumento tem por objetivo Repactuação Contratual e dar continuidade ao Contrato nº 012/2016, cujo objeto é a prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização no Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá- RURAP, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências.

Pelo presente Termo-Aditivo as partes identificadas no pório do Contrato Original, declaram, aceitam e ajustam que o instrumento acima identificado tem alteradas as seguintes Cláusulas do contrato originário: Cláusula Sétima- Do Preço e da Repactuação, Cláusula Oitava- Da Dotação Orçamentária e Cláusula Décima Segunda – Da Vigência.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Aditivo é decorrente da solicitação de repactuação, conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2020 nº de Registro no MTE: AP000003/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA: Altera a Cláusula Sétima - do Preço e da Repactuação do contrato originário, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Pelos serviços executados, com a repactuação o valor mensal de **R\$41.953,05 (quarenta e um mil, novecentos e cinquenta e três reais e cinco centavos)**, passa a ser **R\$43.494,18 (quarenta e três mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e dezoito centavos)**, perfazendo o montante anual de **R\$521.930,16 (quinhentos e vinte e um mil, novecentos e trinta reais e dezesseis centavos)**, conforme planilhas de composição de preços atendendo a Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2020, correspondente a um aumento de 3,50% do valor pago atualmente, que será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses.

CLAUSULA QUARTA: Altera a Cláusula Oitava – da Dotação Orçamentária do contrato originário, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Os recursos financeiros necessários e suficientes pela execução dos serviços contratados constam no orçamento do RURAP, através da Fonte: 101/107; Programa: 2291 – Natureza da despesa: 3390.37 – Mão de Obra; Programa: 2291 – Natureza da despesa: 3390.30 – Materiais de Consumo, constante na previsão orçamentária exercício 2020/ 2021.

CLAUSULA QUINTA: Altera a Cláusula Décima Segunda – da Vigência do contrato originário, que passará a vigorar com a seguinte redação:

O Contrato será prorrogado por 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura 09/12/2020 A 09/12/2021, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, da Lei nº 8.666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

CLAUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO:

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato originário, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Signatários: **Hugo Tibiriçá Paranhos Cunha e Francisco de Assis Sá Gonçalves.**

Macapá-AP, 09 de dezembro de 2020.

HUGO TIBIRIÇÁ PARANHOS CUNHA
Diretor Presidente do RURAP
CONTRATANTE

HASH: 2020-1218-0004-6882

Agência Amapá

PORTARIA Nº 045/2020-AGÊNCIA AMAPÁ

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO AMAPÁ -

AGÊNCIA AMAPÁ, nomeada pelo Decreto nº 0449 de 26 de fevereiro de 2018 e no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Agência Amapá - Decreto nº 4407/2016, tendo em vista o que consta no Processo nº 0018.0112.1114.0002/2020-SEPRO/AGÊNCIA AMAPÁ,

RESOLVE:

Artº 1º - Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo estabelecido na Portaria nº 029, de 22 de setembro de 2020, com contar de 22 de novembro de 2020.

Artº 2º - Revogam-se as disposições em contrário. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DA DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO AMAPÁ - AGÊNCIA AMAPÁ, em Macapá-AP, 27 de novembro de 2020.

TÂNIA MARIA DO S.B.M.SOUSA
Diretora-Presidente da Agência Amapá

HASH: 2020-1218-0004-6819

PORTARIA Nº 050/2020-AGÊNCIA AMAPÁ

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO AMAPÁ - AGÊNCIA AMAPÁ, nomeada pelo Decreto nº 0449 de 26 de fevereiro de 2018 e no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Agência Amapá - Decreto nº 4407/2016, tendo em vista o que consta no Processo nº 0018.0346.1114.0012/2020- SEPRO /AGEAMAPA,

RESOLVE:

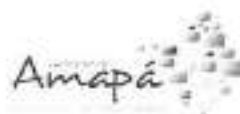
Art. 1º - Designar a servidora **JOSIANE DA SILVA PESSOA**, Assessora Técnica Nível III – Gestão Empresarial/DAMPE/AGÊNCIA AMAPÁ, matrícula nº 0084030-0-01, para responder acumulativamente pela Assessoria Técnica Nível III – Contábil Financeira/AGÊNCIA AMAPÁ, na ausência da titular **WALDIRENE DA COSTA CHAGAS ANDRADE**, matrícula nº 0123299-1-01, que estará em usufruto de férias regulamentares, no período de 04 de janeiro de 2021 a 02 de fevereiro de 2021.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DA DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO AMAPÁ - AGÊNCIA AMAPÁ, em Macapá-AP, 18 de dezembro de 2020.

TÂNIA MARIA DO S.B.M.SOUSA
Diretora-Presidente da Agência Amapá

HASH: 2020-1218-0004-6840



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ
Unidade Administrativa-UADM/RURAP


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA


Com base no Art. 30 da Lei 8666 de 21/06/1993, atestamos, para os devidos fins, que a empresa CONTRUÇÕES & COM. DO AMAPÁ LTDA-EPP, inscrita no CNPJ 34.871.707/0001-95, a qual tem a Administradora a Sra. KARLA DO SOCORRO DEL-TETTO CHAGAS, CPF 261.562.962-04, devidamente registrada como responsável técnica no CFA/CRA/AP sob o número 0-00160, prestou satisfatoriamente o serviço contratado, no que diz respeito às informações discriminadas abaixo, não havendo em nossos registros fatos que desabonem sua conduta e desempenho.

- Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de equipamentos e materiais, nas áreas internas e externas no prédio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP.
- Contrato nº 013/2013-RURAP
- Período de vigência: 15/06/2013 à 15/12/2013
- Servente: 06 Postos
- Jardineiro: 03 Postos
- Copeiro: 01 Posto
- Encarregado: 01 Posto
- Área de abrangência dos serviços: Interna-3.670,10 m²; Externa-3.900,30 m²

Atenciosamente.

Macapá/AP, 07 de Outubro de 2013.


ANTÔNIO ROQUE COUTINHO PEREIRA
Chefe de Serviços Gerais-USG/RURAP
Fiscal da empresa contratante


KARLA DO SOCORRO DEL-TETTO CHAGAS
CRA/AP nº 0-00160
Responsável técnica da empresa contratada



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ
UNIDADE ADMINISTRATIVA - COAFI - RURAP

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, previsto em Lei e para os devidos fins de direito junto à Entidade de Direito Público (Federal, Estadual e Municipal), privado, que a empresa **CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP**, CNPJ: **34.871.707/0001-95**, com sede na **Av. Raimundo Antonio Machado nº 560, bairro Novo Buritizal – Macapá-AP**, CEP: **68.904-043**, presta serviços continuados de Limpeza, Conservação e Higienização Predial, com fornecimento de Materiais, Equipamentos e Ferramentas, e serviços de Copeiragem sem material, realizados nas instalações internas e externas do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá- RURAP, através do **Contrato nº 015/2014- UCC/RURAP**, Modalidade de Licitação: **Pregão Eletrônico Nº 001/2014 – CPL/RURAP**, com vigência de **15/04/2014 a 17/10/2016**, de forma satisfatória, não havendo nenhum Ato e/ ou Fato que desabone sua conduta.

Por ser verdade, dato e assino o presente Atestado.

Macapá, 02 de setembro de 2016.

Adailson Fernandes Santana
Chefe da Unidade administrativa - RURAP



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO AMAPÁ

CERTIDÃO DE REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PESSOA JURÍDICA

CERTIDÃO Nº 00157-PJ

CERTIFICO que o Atestado de Capacidade Técnica emitido em 02 de setembro de 2016 pelo INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ - Contrato nº 015/2014-RURAP (celebrado em 15/04/2016), anexo em 1 (uma) folha, refere-se ao RCA Nº 00157, de 20/09/2016, efetuado neste CONSELHO em nome da empresa **CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP**, Registro nº PJ- 252, a qual tem como Responsável Técnico a Adm. **TUANNY MAYARA BORGES GONÇALVES GÓES**, Registro CRA/AP nº 0-01567. Resguardando-nos de qualquer fato ou ato que venha a ser apurado que desabone ou comprove a falsidade do Atestado. **Esta certidão é válida por 06(seis) meses**, desde que a empresa esteja em dia com sua anuidade.

Macapá/AP, 20 de setembro de 2016.

Tayana Furtado

Tayana Furtado dos Santos
Auxiliar Administrativo
CRA-AP

VISTO
Adm. Clenis Siqueira de Sousa de Lima
Adm. Clenis Siqueira de Sousa de Lima
Diretora de Fiscalização e Registro
CIP Nº 0-01277 CRA/AP



- 1) Esta certidão somente terá valor com a Marca d'Água e Selo de Segurança do CRA-AP;
- 2) Pagou a taxa definitiva na Resolução Normativa CFA nº 472/2015 através do Comprovante de Pagamento;

Rua Jovino Dória, nº 2455-Centro- Macapá/AP - 68.900-075 Fone: (95)3223-8602
E-mail: cra.macapá@gmail.com



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO AMAPÁ

CERTIDÃO DE REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PESSOA JURÍDICA

CERTIDÃO Nº 00156/2016

CERTIDÃO DE ORIGEM Nº 183/2013

CERTIFICO que o Atestado de Capacidade Técnica emitido em 07 de outubro de 2013 pelo **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ - Contrato nº 013/2013-RURAP** (celebrado em 15/06/2013), anexo em 1 (uma) folha, refere-se ao RCA DE ORIGEM Nº 00183, de 09/12/2013, efetuado neste CONSELHO em nome da empresa **CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP**, Registro nº PJ-252, a qual tinha como Responsável Técnico a Adm. **KARLA DO SOCORRO DEL-TETTO CHAGAS**, Registro CRA/AP nº 0-00160. Resguardando-nos de qualquer fato ou ato que venha a ser apurado que desabone ou comprove a falsidade do Atestado. **Esta certidão é válida por 06(seis) meses**, desde que a empresa esteja em dia com sua anuidade.

Macapá/AP, 20 de setembro de 2016.

Tayana Furtado

Tayana Furtado dos Santos
Auxiliar Administrativo
CRA-AP

WSTC:

Adm. Clevis Siqueira de Sousa de Lima
Adm. Clevis Siqueira de Sousa de Lima
Diretora de Fiscalização e Registro
CIP Nº 0-01277 CRA/AP



- 1) Esta certidão somente terá valor com a Marca d'Água e Selo de Segurança do CRA-AP;
- 2) Pagou a taxa definitiva na Resolução Normativa CFA nº 472/2015 através do Comprovante de Pagamento;

Rua Jovino Dinoá, nº 2455-Centro- Macapá/AP - 68.900-075 Fone: (96)3223-8602
E-mail: cra.macapa@gmail.com

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO DA
AMAZÔNIA S.A. E A EMPRESA
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ
LTDA-EPP.**

Por este instrumento particular de Contrato, em que são partes, de um lado o **BANCO DA AMAZÔNIA S.A.**, sociedade de economia mista, vinculado ao Governo Federal, com sede em Belém (PA), na Avenida Presidente Vargas, nº 800, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.902.979/0001-44, neste ato representado por seu Diretor de Infraestrutura do Negócio, respondendo pela DIREC-GESUP, Sr. **ANTÔNIO CARLOS DE LIMA BORGES**, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº 4477843 SSP-PA e CPF/MF nº 064.153.422-15, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP**, com sede em Macapá (AP), na Avenida Raimundo Antônio Machado, nº 560, Novo Bunitzal, CEP: 68.904-043, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.871.707/0001-95 e Inscrição Estadual nº 03007619-1, neste ato representada por seu Sócio-Administrador, Sr. **FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES**, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG nº 233854/SSP-AP e do CPF/MF nº 563.349.402-44, residente e domiciliado na cidade de Macapá (AP), doravante denominada **CONTRATADA**, por este instrumento e na melhor forma de direito, nos termos da decisão da Gerente da Gerência de Suprimentos e Patrimônio - GESUP do **CONTRATANTE**, datada de 02/06/2014, ajustam o presente Contrato, nos termos do Pregão Eletrônico nº 2014/020, sujeitando, ainda, as partes às disposições da Lei nº 10.520, de 17.07.2002, do Decreto nº 5.450, de 31.05.2005, da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e alterações posteriores e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, e suas alterações, e às normas de direito público.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato tem por objeto a prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização nos prédios onde estão instaladas as unidades do **CONTRATANTE**, localizadas no Estado do Amapá, seguir relacionadas, incluindo a limpeza de seus bens móveis, compreendendo o fornecimento de todo material de consumo necessário e dos equipamentos adequados à execução dos serviços:

DEPENDÊNCIA	ENDEREÇO	BAIRRO	UF	CEP	FONE
LARANJAL DO JARI	Av. Tancredo Neves, 2865	Agreste	AP	28920-970	(96) 3621-1395
MACAPÁ	Av. Coracy Nunes, 34	Centro	AP	68900-010	(96) 3222-0342 / 0742
SANTANA	Rua Adalberto Cavalcante, 1428	Centro	AP	68925-000	(96) 2101-5555 / 5550

PARÁGRAFO ÚNICO – A proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de 23/05/2014, fica fazendo parte integrante deste contrato.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA – A **CONTRATADA** realizará os serviços de limpeza, conservação e higienização conforme descritos abaixo, a partir do dia 18/07/2014, disponibilizando o pessoal necessário para atender a demanda em cada uma das respectivas unidades relacionadas na Cláusula Primeira:



ÁREAS INTERNAS

1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados pela CONTRATADA na seguinte frequência:

1.1. DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO

1.1.1. Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc;

1.1.2. Lavar os cinzeiros das mesas e os situados nas áreas de uso comum;

1.1.3. Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;

1.1.4. Aspirar o pó em todo o piso acarpetado;

1.1.5. Proceder a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, duas vezes ao dia;

1.1.6. Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;

1.1.7. Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;

1.1.8. Varrer os pisos de cimento;

1.1.9. Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;

1.1.10. Abastecer com papel toalha, higiênico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário;

1.1.11. Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;

1.1.12. Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de 100 litros, removendo-os para local indicado pela administração;

1.1.13. Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE Nº 06, de 03.11.1995;

1.1.14. Limpar os corrimões;

1.1.15. Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pelo contratante;

1.1.16. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

1.2. SEMANALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO

1.2.1. Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;

1.2.2. Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;

1.2.3. Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;

1.2.4. Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;

1.2.5. Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plásticos em assentos e poltronas;

1.2.6. Limpar e polir todos os metais, como: válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc;

- 1.2.7. Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- 1.2.8. Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;
- 1.2.9. Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;
- 1.2.10. Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;
- 1.2.11. Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

1.3. MENSALMENTE, UMA VEZ

- 1.3.1. Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
- 1.3.2. Limpar forros, paredes e rodapés;
- 1.3.3. Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;
- 1.3.4. Limpar persianas com produtos adequados;
- 1.3.5. Remover manchas de paredes;
- 1.3.6. Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr, etc);
- 1.3.7. Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

1.4. ANUALMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO

- 1.4.1. Efetuar lavagem das áreas acarpetadas previstas em contrato;
- 1.4.2. Aspirar o pó e limpar calhas e luminárias;
- 1.4.3. Lavar, pelo menos duas vezes por ano, as caixas d'água do prédio, remover a lama depositada e desinfetá-las.

ESQUADRIAS EXTERNAS

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados pela contratada na seguinte frequência:

2.1. QUINZENALMENTE, UMA VEZ

- 2.1.1. Limpar todos os vidros (face interna/externa), aplicando-lhes produtos anti-embaçantes.

2.2. SEMESTRALMENTE, UMA VEZ

- 2.2.1. Limpar todos os vidros (face externa) de conformidade com as normas de segurança do trabalho, aplicando-lhes produtos anti-embaçantes.

ÁREAS EXTERNAS

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados pela contratada na seguinte frequência:

3.1. DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO

- 3.1.1. Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;
- 3.1.2. Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- 3.1.3. Varrer as áreas pavimentadas;
- 3.1.4. Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de 100 litros, removendo-os para local indicado pela Administração;

3.1.5. Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 06 de 03.11.1995;

3.1.6. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

3.2. SEMANALMENTE, UMA VEZ

3.2.1. Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc);

3.2.2. Lavar os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados, com detergente, encerar e lustrar;

3.2.3. Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;

3.2.4. Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

3.3. MENSALMENTE, UMA VEZ

3.3.1. Lavar as áreas cobertas destinadas a garagem/estacionamento;

3.3.2. Proceder a capina e roçada, retirar de toda área externa plantas desnecessárias, cortar gramas e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas, quando couber.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os serviços ora contratados deverão ser executados com o máximo esmero, devendo ser imediatamente feito aquele que, a juízo do **CONTRATANTE**, não for julgado em condições satisfatórias, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** executará os serviços de limpeza, conservação e higienização rigorosamente dentro das normas e exigências estabelecidas pela legislação vigente, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das diretrizes ditadas pelos órgãos encarregados da fiscalização.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os serviços especificados neste Contrato não excluem outros similares que porventura se façam necessários para a boa execução da tarefa.

PARÁGRAFO QUARTO - A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços, no quantitativo de 44 horas semanais, que serão realizadas preferencialmente de segunda a sexta-feira, no horário das 7 às 19 h, e no sábado de 8 às 12 h.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de não haver prestação de serviço aos sábados as horas de serviço deverão ser realizadas ao longo da semana.

PARÁGRAFO SEXTO - Se for necessário, e a critério do **CONTRATANTE**, poderá ser solicitada a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, desde que comunicado previamente à **CONTRATADA**, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida por posto;

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** deverá apresentar mensalmente comprovante de registro de Banco de Horas, ou do pagamento das horas-extras, quando houver necessidade de prestação de serviços com carga horária mensal que ultrapasse as 220 h, assim como o pagamento de adicional noturno se houver prestação de serviços após as 22 h da noite até as 05 h da manhã.

PARÁGRAFO OITAVO - As jornadas de trabalho, sempre que possível, deverão anteceder ou suceder a dos servidores nas unidades do Banco, de forma a evitar que a execução dos serviços interfira no atendimento de terceiros ou nas atividades internas das respectivas unidades.

DOS ACRÉSCIMOS E REDUÇÕES

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente contrato poderá sofrer acréscimos ou reduções de até 25% (vinte e cinco por cento), a critério do **CONTRATANTE** e mediante aviso formal à **CONTRATADA**, e por meio de aditivo contratual. Desde que acordado entre as partes, as supressões poderão exceder o percentual estabelecido nesta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica entendido que, efetuados os acréscimos previstos no *caput* desta Cláusula, o novo valor mensal pactuado não poderá ultrapassar em 25% (vinte e cinco por cento) o valor mensal inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Entende-se como **VALOR MENSAL INICIAL ATUALIZADO**, o valor mensal inicial do contrato acrescido de eventual reequilíbrio e das repactuações porventura concedidas, desconsiderando os acréscimos ou supressões previstos no *caput* desta Cláusula.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA - O valor mensal deste contrato é de R\$ 8.269,86 (oito mil, duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos), de acordo com a proposta apresentada pela **CONTRATADA** no Pregão Eletrônico nº 2014/020.

PARÁGRAFO ÚNICO - O preço indicado nesta Cláusula inclui todos os impostos, taxas, fretes, etc. que incidam sobre a transação, na forma do item 5.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 2014/020.

DOS PAGAMENTOS

CLÁUSULA QUINTA - O pagamento relativo ao fornecimento do objeto deste Contrato será realizado pelo **CONTRATANTE**, através de crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, em Agência do BANCO DA AMAZÔNIA, nos dias 05 (cinco), 15 (quinze) ou 25 (vinte e cinco), desde que a **CONTRATADA** efetive a entrega das Notas Fiscais e Faturas discriminativas com 10 (dez) dias de antecedência da data prevista para pagamento, e após a conferência e confirmação da entrega do serviço devidamente comprovado através do Termo Circunstanciado de Recebimento de Serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será automaticamente transferido para o dia útil subsequente, caso não haja expediente no Banco da Amazônia nas datas previstas para tal. O atraso na entrega da Nota Fiscal/Fatura implicará a transferência automática do pagamento para o próximo mês, sem qualquer acréscimo financeiro contra o **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva do **CONTRATANTE**, o valor devido será acrescido de encargos financeiros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, calculados "pro-rata die" até o dia do efetivo pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As notas fiscais não aprovadas pelo **CONTRATANTE** serão devolvidas à **CONTRATADA** para as necessárias correções ou apresentação de documentos, inclusive os relativos às retenções legais, com as informações referentes aos motivos de sua rejeição, contando-se os prazos estabelecidos a partir da sua reapresentação devidamente corrigidas;

PARÁGRAFO QUARTO - A devolução de nota fiscal / fatura não aprovada pelo **CONTRATANTE** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços, ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados ou fornecedores.

PARÁGRAFO QUINTO - O pagamento dos salários e dos benefícios previstos em lei, aos empregados, não poderá estar vinculado ao recebimento pelos serviços prestados ao Banco da Amazônia.

PARÁGRAFO SEXTO - A **CONTRATADA** deverá efetuar os pagamentos dos salários dos empregados utilizados na prestação dos serviços, incondicionalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, e fornecer, até o último dia útil do mês, o auxílio-alimentação e o vale-transporte correspondentes ao mês seguinte.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Para efeito de pagamento mensal, a **CONTRATADA** deverá apresentar, juntamente com às notas fiscais/faturas, a documentação abaixo relacionada, caso não estejam disponíveis no Cadastro Único de Fornecedores (SICAF):

- I) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;
- II) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- III) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede;
- IV) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, e;
- V) Guia do recolhimento do INSS do mês anterior ao serviço que se refere à fatura;
- VI) Guia de recolhimento do FGTS do mês anterior ao serviço que se refere à fatura;
- VII) GFIP correspondente às guias de recolhimento do INSS e FGTS, relativas ao mês anterior ao do faturamento, discriminando o nome de cada um dos empregados beneficiados, por tomador de serviço;
- VIII) Cópias dos contracheques e comprovantes de pagamento em conta corrente de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços ao Banco da Amazônia, assinados pelos mesmos;
- IX) Cópias das guias de recolhimento do INSS e do FGTS individualizada aos trabalhadores prestando ou que tenham prestado serviços no Banco;
- X) Cópia dos recibos de entrega dos vales-transporte e vales-alimentação de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviço ao Banco da Amazônia, caso haja a obrigatoriedade do pagamento, em caso da **CONTRATADA** fornecer o benefício alimentício, por intermédio de outra empresa que trabalhe com cartão magnético, deverá apresentar Cópias dos respectivos comprovantes de crédito disponível nos cartões dos referidos funcionários;
- XI) Cópia da folha individual de frequência de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviço ao Banco da Amazônia;

- XII) Atestado de optante pelo SIMPLES (Anexo IV da Instrução Normativa SRF n.º 480, de 15 de dezembro de 2004).

PARÁGRAFO OITAVO - O CNPJ constante da Nota Fiscal e de todos os documentos dos quais deva constar deverá ser o mesmo indicado no preâmbulo do Contrato, na proposta comercial apresentada por ocasião da licitação.

PARÁGRAFO NONO - Nenhum pagamento será feito a **CONTRATADA** até que seja aceita, pelo **CONTRATANTE**, a garantia de que trata a **Cláusula Oitava** deste Contrato.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SEXTA – Os pagamentos ao presente Contrato serão levados a débito da rubrica "DESPESA DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS – Serviços de Limpeza-INSS-PJ" do orçamento do **CONTRATANTE**.

DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

CLÁUSULA SÉTIMA – É admitida a repactuação de preços do serviço objeto deste Contrato a cada 12 (doze) meses, observado o seguinte:

- I - Pedido com demonstração pela **CONTRATADA** da variação sobre o salário e insumos;
- II - Para a primeira repactuação o interregno de 1 (um) ano será contado da seguinte forma:
 - a) Base salarial- a partir da data do acordo, dissídio ou convenção coletiva vigente à época da apresentação da proposta, na hipótese em que a nova Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) tenha autorizado reajuste na base salarial aos empregados da **CONTRATADA** que realizem serviço no **CONTRATANTE**;
 - b) Insumos- a partir da data limite de apresentação da proposta da **CONTRATADA**, desde que não tenha sofrido variação decorrente da CCT. Nesse caso, a variação será com base no IGP-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
- III- Nas repactuações subseqüentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.
- IV- O prazo para o pedido de repactuação pela **CONTRATADA** será até o momento da prorrogação do contrato, com efeitos financeiros a partir da data base da categoria em questão.
- V- Fica expressamente vedada a inclusão por ocasião da repactuação, de antecipações e benefícios não previstos originariamente, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva.
- VI- O pedido de repactuação será acompanhado de demonstração analítica da alteração dos custos, de acordo com a planilha de Custo e Formação de Preços, conforme Anexo IV do Edital de Pregão Eletrônico nº 2014/020, do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria que fundamenta a repactuação.
- VII- A **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta/orçamento e o momento do pedido de repactuação, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor global então vigente.

VIII- A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, em especial quando envolver categorias diferentes.

PARÁGRAFO ÚNICO – Quando a repactuação coincidir com a prorrogação ou alteração do contrato, o ajuste será formalizado através de Termo Aditivo. De outra forma, a repactuação será apenas apostilada nos autos.

DAS GARANTIAS

CLÁUSULA OITAVA - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a vigência deste contrato, garantia ao **CONTRATANTE**, que assegure o cumprimento tanto do objeto contratado, quanto das obrigações acessórias, inclusive as trabalhistas, na modalidade Carta Fiança de acordo com as seguintes condições:

I) garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor da contratação impreterivelmente em 10 (dez) dias úteis contados da data assinatura deste contrato, sob pena de rescisão do contrato, conforme **Parágrafo Primeiro da Cláusula Dezoito**.

I.1 - A mesma disciplina se aplica aos casos em que houver a necessidade de alteração do valor da garantia ou de sua renovação.

II) na assinatura de cada aditivo de prorrogação de prazo de vigência do contrato, 5% (cinco por cento) do valor total do correspondente ao período de vigência do aditivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** poderá optar por outra modalidade de garantia, de acordo com o art. 56 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, mantido o valor fixado nesta Cláusula. Neste caso, deverá comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** a sua opção.


PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições deste Contrato, ficando o **CONTRATANTE** autorizado a executá-la para cobrir os seguintes eventos:

- I) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- II) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela fiscalização ao contratado;
- III) Prejuízos causados ao Banco e/ou a terceiros decorrente de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A **CONTRATADA** se obriga a repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor da garantia que vier a ser utilizada pelo **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso ocorra a dilação do prazo de execução dos serviços com o conseqüente adiamento da data prevista para o recebimento definitivo, a garantia, em qualquer das modalidades, deverá ter sua data de vencimento revalidada conforme estabelecido inicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia também deverá ser integralizada quando houver redimensionamento do volume de serviços, repactuação contratual ou revisão de preços, de modo que permaneça correspondendo a 5% (cinco por cento) do valor global contratado, no prazo de 30 (trinta) dias.

Carla


PARÁGRAFO SEXTO - A garantia de que trata esta cláusula deverá se estender pelo período de 06 (seis) meses além da vigência contratual, hipótese em que ficará retida até que a **CONTRATADA** comprove o pagamento de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso o pagamento das verbas a que se refere o parágrafo anterior não seja efetuado até o terceiro mês após o fim da vigência contratual, a administração utilizará a garantia contratual para o pagamento direto das verbas rescisórias decorrentes da relação de trabalho entre a **CONTRATADA** e os empregados mobilizados no contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - Rescindido este Contrato por culpa da **CONTRATADA**, a garantia de cumprimento do presente instrumento contratual será executada em favor do **CONTRATANTE**, desde que haja multas ou débitos da **CONTRATADA**.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA - Este contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 18/07/2014 (início dos serviços), podendo ser prorrogado, a critério do **CONTRATANTE**, pelos exercícios sociais subsequentes até completar o prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Se o Banco optar pela prorrogação do contrato, esta será comunicada com 60 (sessenta) dias de antecedência ao contratado para manifestar seu interesse na prorrogação do ajuste pelo prazo ali comunicado. O silêncio do **CONTRATANTE** importa a extinção do contrato no tempo pactuado.

PARÁGRAFO ÚNICO - A prorrogação prevista no *caput* desta Cláusula, por novos exercícios sociais, até o limite de 60 (sessenta) meses, constitui-se em faculdade do **CONTRATANTE** ficando, ainda, condicionada à prévia avaliação dos serviços prestados, apresentação, pela **CONTRATADA**, dos documentos exigíveis na habilitação e apresentação de nova (ou renovação) garantia contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DEZ - O **CONTRATANTE** obriga-se expressamente a:

- I) Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666, de 21.06.1993;
- II) Atestar através do Fiscal do Contrato as Notas Fiscais/Fatura de Serviços correspondentes às etapas executadas, após a verificação da conformidade dos serviços, para efeito de pagamento;
- III) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações;
- IV) Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste contrato;
- V) Receber os empregados e prepostos da **CONTRATADA**, devidamente identificados, devendo tomar as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades,



Handwritten signature and initials in blue ink.

- VI) Prover a infraestrutura necessária à prestação dos serviços, incluindo instalações sanitárias, vestiários com armários guarda-roupas, local para guarda dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios e outras que se apresentarem necessárias;
- VII) Notificar, por escrito, a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução deste Contrato;
- VIII) Não permitir que os empregados da CONTRATADA desempenhem funções que não as definidas neste Contrato e nos seus aditivos;
- IX) Cuidar para que o empregado da CONTRATADA somente receba ordens para a execução de tarefas, do Preposto da empresa CONTRATADA;
- X) Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

CLÁUSULA ONZE – São obrigações da CONTRATADA as relacionadas a seguir:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Obrigações relativas aos serviços:

- I) Fornecer os profissionais, materiais, equipamentos, máquinas, ferramentas, e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de limpeza dos prédios e demais atividades correlatas, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- II) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- III) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação Pregão Eletrônico nº 2014/020;
- IV) Realizar, por meios próprios, a fiscalização das atividades contratadas em todas as instalações do CONTRATANTE objeto deste contrato;
- V) Acatar a Fiscalização dos serviços contratados, levado a efeito por pessoa devidamente credenciada para tal fim pelo CONTRATANTE e atender às solicitações imediatamente;
- VI) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, e realizar os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;
- VII) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou mu Executar os serviços em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento do CONTRATANTE;
- VIII) Executar os serviços em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento do Banco;
- IX) Manter sede, filial ou escritório na capital dos Estados do Amapá, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda do CONTRATANTE, bem

como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários. A **CONTRATADA** deverá comprovar no prazo de 30 (trinta) dias o cumprimento desta obrigação;

- X) Manter sediado junto ao **CONTRATANTE**, durante os turnos de trabalho, preposto capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- XI) Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados, assim como comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Obrigações relativas aos empregados:

- I) Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, apresentando-os com pontualidade e assiduidade, de acordo com os horários fixados pelo **CONTRATANTE**;
- II) Empregar pessoal habilitado para a execução dos serviços, observando o quantitativo e a qualificação mínima exigida, bem assim a carga horária semanal da categoria profissional de acordo com a legislação vigente;
- III) Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo **CONTRATANTE**;
- IV) Substituir imediatamente, mediante comunicação da fiscalização, o empregado que não se apresentar limpo e asseado, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer no aspecto de higiene pessoal, e/ou seus serviços forem julgados insatisfatórios, sua conduta incorreta, vedado o retorno desses às dependências do **CONTRATANTE**, mesmo que para coberturas, licenças, dispensas, suspensões ou férias;
- V) Arcar com todas as despesas decorrentes de quaisquer prejuízos, ocasionados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, pelo pessoal empregado na execução dos serviços contratados, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no projeto;
- VI) Apresentar ao **CONTRATANTE** a relação nominal dos empregados em atividade nas dependências do local da prestação dos serviços, com as seguintes informações: nome completo, número do CPF, RG, função exercida, salário, adicionais, e quantitativos de vales transporte e auxílio alimentação;
- VII) Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente;
- VIII) Garantir o quantitativo de pessoal estabelecido, providenciando a substituição de seus empregados em caso de falta, licença ou férias de qualquer empregado;
- IX) Recolher e devolver ao **CONTRATANTE** os crachás dos empregados removidos dos postos de serviços contratados;
- X) Encaminhar à fiscalização, com antecedência de 30 (trinta) dias, a relação de empregados que usufruirão de férias no período subsequente, assim como daqueles que irão substituí-los;

- XI) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pelo CONTRATANTE;
- XII) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus prepostos;
- XIII) Adotar as providências determinadas pela legislação na hipótese de ocorrência de acidentes que envolvam seus empregados;
- XIV) Sempre que exigido pelo CONTRATANTE, substituir de forma diligente e inquestionável, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, os empregados cuja permanência, atuação ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina, à técnica ou ao interesse dos serviços;
- XV) Manter a situação trabalhista e previdenciária dos profissionais alocados, devidamente atualizada e regularizada, inclusive no aspecto salarial, mantendo em dia todos os direitos trabalhistas de seus profissionais, tais como horas extras, indenizações e outras vantagens, de forma que não sejam os trabalhos da Contratante prejudicados em função de reivindicações por parte de seus empregados;
- XVI) Dar conhecimento à Fiscalização do CONTRATANTE das alterações de empregados a serem efetuadas, decorrentes de substituições, exclusões ou inclusões necessárias, com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, exceto em situações excepcionais devidamente justificadas;
- XVII) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Banco da Amazônia;
- XVIII) Registrar e controlar, juntamente com o preposto do CONTRATANTE, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- XIX) Comprovar que realizou seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho;
- XX) Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta higienização nos respectivos manuseios;
- XXI) Encaminhar comprovante dos exames admissionais, periódicos e demissionais, nos prazos e formas da legislação aplicável;
- XXII) No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar os exames médicos admissionais dos seus empregados que prestarão os serviços ao Banco da Amazônia.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Obrigações relativas ao fornecimento de uniformes:

- 1) A CONTRATADA deverá fornecer uniformes a cada empregado, em conformidade com as especificações a seguir relacionadas, submetendo-os previamente à aprovação do CONTRATANTE, sendo os primeiros entregues quando do início do contrato, resguardado o direito de o CONTRATANTE exigir, a qualquer momento, a substituição dos uniformes que não atendam às condições mínimas de apresentação;



3
C
P

SERVENTE	
Descrição	Quantidade Anual
Calça comprida com elástico e cordão, em gabardine	4 peças
Camiseta malha fria, com gola esporte, em gabardine com emblema da empresa pintado.	4 peças
Meia em algodão, tipo soquete.	4 pares
Calçado: tênis preto em couro, solado baixo, com palmilha antibacteriana	2 pares

- II) O primeiro conjunto do uniforme deverá ser entregue antes do início dos serviços. Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação do **CONTRATANTE** e, a pedido dele, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações indicadas no inciso I deste Parágrafo;
- III) Os uniformes deverão ser entregues aos funcionários, mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser entregue ao **CONTRATANTE**, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da entrega.

PARÁGRAFO QUARTO: Obrigações relativas à Higiene e Segurança do Trabalho, dos Equipamentos de EPI's:

- I) A **CONTRATADA** cumprirá todas as normas estabelecidas pelo órgão competente e em especial, exigir de seus empregados a utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, principalmente, quando da coleta, remoção ou manipulação de lixo e de limpeza de dependências sanitárias, esgotos, Serviço Médico e Odontológico;
- II) A **CONTRATADA** deverá fornecer os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, sendo estes ditos essenciais à integridade física do trabalhador, não sendo permitida sua ausência na execução dos serviços, sob pena da **CONTRATADA** sofrer as sanções determinadas neste Contrato;
- III) Os EPI's a serem utilizados nos serviços de limpeza são: luvas, óculos, botas de borracha, máscaras de proteção respiratória descartável, aventais e demais equipamentos de proteção;
- IV) Os EPI's deverão ser efetivamente utilizados, quando de situações que necessitem de sua utilização, ficando a Contratada responsável pela orientação da correta utilização dos equipamentos e o Fiscal do Contrato de cobrar a utilização e o fornecimento dos mesmos;
- V) Todo e qualquer empregado que se recuse a utilizar os EPI's nos serviços objeto deste Contrato, nas condições do item anterior, deverá ser substituído no prazo de 24h (vinte e quatro horas), sendo considerada a sua atitude como inconveniente, imprudente e perigosa;
- VI) Os EPI's deverão ser substituídos, sem ônus para o **CONTRATANTE**, sempre que necessário, seja por desgaste natural ou defeito, que impossibilite sua perfeita utilização, ou por extravio, ficando a **CONTRATADA** responsável pela guarda dos mesmos.

DA COLETA E REMOÇÃO DO LIXO

CLÁUSULA DOZE - A coleta de lixo será feita seletivamente, separando-se os seguintes materiais: papéis, plásticos, vidros, metais, orgânico e outros que deverão ser acondicionados em embalagens, adquiridas pelo **CONTRATANTE**, de cores diferenciadas, promovendo sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE, de 3/11/1995, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso.

PARÁGRAFO ÚNICO - A coleta seletiva, acondicionamento adequado e transporte do lixo são de responsabilidade da **CONTRATADA**, desde o local de origem até o local designado, de acordo com orientações da Fiscalização.

DOS MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO

CLÁUSULA TREZE - A **CONTRATADA** deverá utilizar materiais de primeira linha de qualidade, a serem entregues em datas e quantidades que garantam a permanente execução dos serviços, respeitada a capacidade da área destinada pelo **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os materiais, cujo recebimento deverá ser atestado pela fiscalização, deverão ser entregues em embalagens originais de fábrica ou de comercialização, acompanhados de cópia das notas fiscais ou de qualquer outro documento pertinente, onde deverá constar obrigatoriamente a quantidade, peso ou volume.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A inclusão de novos toalheiros, suportes para papel higiênico e saboneteiras ou a substituição por outros modelos ou marcas não constituirá alteração contratual, obrigando-se a **CONTRATADA** a fornecer o material adequado, na forma da comunicação da fiscalização.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A **CONTRATADA** deverá fornecer e colocar à disposição do **CONTRATANTE** estoque suficiente do material de limpeza e conservação, que deverão atender a legislação vigente e órgãos fiscalizadores, sendo aceito preferencialmente os materiais biodegradáveis, atendendo a critérios sócio-ambientais e promoção do desenvolvimento nacional sustentável, em conformidade com art. 3º da Lei 8.666/1993.

PARÁGRAFO QUARTO - A **CONTRATADA** obriga-se a utilizar material de limpeza e outros produtos químicos necessários, que estejam aprovados pelos órgãos governamentais competentes, todos de primeira qualidade e embalagens originais de fábrica ou de comercialização que não causem danos a pessoas ou a revestimentos, pisos, instalações elétricas ou hidráulicas, redes de computação, água e esgoto e todas as demais instalações das dependências do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** obriga-se a comunicar, previamente, ao **CONTRATANTE**, eventual necessidade de substituição de material de limpeza especificado, devidamente justificado, cujo produto para reposição deve ser aprovado pela **FISCALIZAÇÃO**, cessando a sua remessa tão logo normalize a causa impeditiva;

PARÁGRAFO SEXTO - A **CONTRATADA** obriga-se a apresentar, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, as notas fiscais dos materiais de limpeza, discriminando marca, quantidade unitária e total (volume, peso, etc).



PARÁGRAFO SEXTO - A **CONTRATADA** obriga-se a observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** adotará boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- I) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- II) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- III) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- IV) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza e conservação;
- V) Utilização de produtos, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- VI) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

DOS EQUIPAMENTOS

CLÁUSULA CATORZE - A **CONTRATADA** deverá utilizar equipamentos novos, de primeiro uso, na ocasião do início do contrato, devendo mantê-los sempre em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações em geral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA**, antes de iniciar os serviços ou em caso de substituição, relacionará os equipamentos a serem utilizados, fornecendo descrição sumária dos mesmos, além de apresentá-los previamente para avaliação e aprovação da fiscalização que poderá recusar qualquer equipamento considerado inadequado para realização dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** deverá manter nas dependências do **CONTRATANTE**, devidamente identificados, a quantidade e espécie dos equipamentos necessários à execução dos serviços objeto deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os equipamentos utilizados deverão ser de primeira qualidade, devendo mantê-los sempre em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações do **CONTRATANTE** e à prestação dos serviços; devendo os danificados ser substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica e aos operadores.

PARÁGRAFO QUARTO - Os equipamentos que a **CONTRATADA** levar para o local da execução do serviço e destinadas ao desenvolvimento de seus trabalhos, só poderão ser retirados com autorização formal da **FISCALIZAÇÃO**.

PARÁGRAFO QUINTO - Durante a execução do contrato, se constatado que os materiais e equipamentos fornecidos não atendem às necessidades quanto ao desempenho, a **CONTRATADA** deverá substituí-los, devendo apresentar outros novos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, devendo, ainda, proceder à prévia aprovação do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEXTO - A **CONTRATADA** deverá reparar, corrigir, remover, refazer e substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, por exigência do contratante, que lhe assinará prazo compatível com as providências e reparos a realizar.

DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

CLÁUSULA QUINZE - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive a condição de não empregar trabalhador menor, na forma da Lei 9.854, de 27.10.1999. Assume, ainda, a obrigação de apresentar, no término do prazo de validade de cada documento, os seguintes comprovantes devidamente atualizados:

- I) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Estadual do domicílio ou sede da **CONTRATADA**, compreendendo a Certidão de Quitação de Tributos e a Certidão Quanto a Dívida Ativa - ou outras equivalentes, na forma da lei - expedidas, em cada esfera de governo, pelo órgão competente;
- II) prova de regularidade perante o INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, mediante apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito;
- III) prova de regularidade perante o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante apresentação do CRF - Certificado de Regularidade de Fundo de Garantia, fornecido pela Caixa Econômica Federal; e
- IV) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.

PARÁGRAFO ÚNICO - O **CONTRATANTE** poderá exigir da **CONTRATADA** em decorrência deste contrato, a qualquer tempo, a apresentação de comprovantes originais referentes à efetiva quitação de qualquer encargo ou compromisso para com terceiros, exigidos por força da execução deste contrato. A não-apresentação desses comprovantes poderá ensejar a rescisão do contrato.

CLÁUSULA DEZESSEIS - Além dos documentos exigidos para habilitação, a **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE** os seguintes documentos:

- I) **Trimestralmente**: certidão negativa de débito salarial e certidão negativa de infrações trabalhistas emitidas pelas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego da jurisdição onde os serviços são prestados;
- II) **Anualmente**: balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei e nos mesmos moldes exigidos quando da habilitação.

CLÁUSULA DEZESSETE - Com exceção da GFIP, os documentos exigidos neste contrato deverão ser apresentados no original, em cópia autenticada por cartório ou por publicação em órgão da imprensa oficial. A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, por empregado do **CONTRATANTE** devidamente identificado.



DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DEZOITO - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, o **CONTRATANTE** poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações previstas neste contrato, aplicar as penalidades previstas nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002 e no Decreto nº 5.450/2005:

I – Advertência: notificada por meio de carta mediante contra-recibo do representante legal da **CONTRATADA**, estabelecendo-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, que apresente as justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante a análise do **CONTRATANTE**;

II – Multa, calculada da seguinte forma:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a 15 dias;
- b) 20% (vinte por cento), sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) As multas por inexecução contratual imperfeita terão a seguinte gradação:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% Por dia sobre o valor do contrato
02	0,4% Por dia sobre o valor do contrato
03	0,8% Por dia sobre o valor do contrato
04	1,6% Por dia sobre o valor do contrato
05	3,2% Por dia sobre o valor do contrato
06	4,0% Por dia sobre o valor do contrato

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	06
02	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	05
03	Manter empregados sem a qualificação exigida para executar os serviços contratados, por empregados e por dia	03



04	Permitir a presença de empregado sem o uniforme, com uniforme sujo, manchado ou mal apresentado, por empregado e por ocorrência	01
05	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia	02
06	Utilizar as dependências do Banco para fins diversos do objeto do contrato, por ocorrência	04
Para os itens abaixo, deixar de:		
07	Zelar pelas instalações do Contratante utilizadas, por item e por dia	03
08	Colocar à disposição do Contratante os equipamentos relacionados no Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico nº 2014/020, por ocorrência	04
09	Cumprir determinação formal ou instrução do fiscal, por ocorrência	02
10	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia	01
11	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por empregado e por dia	01
12	Efetuar a reposição de empregados faltosos, por funcionário	01
13	Deixar de entregar no prazo determinado os materiais de limpeza, equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços, por item e por dia	04
14	Entregar os vales-transporte e/ou ticket-alimentação das datas avençadas, por ocorrência e por dia	02
15	Fornecer EPIs (equipamentos de Proteção Individual) quando exigido por lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência	02
16	Fornecer 2(dois) uniformes para cada empregado, por funcionário e por ocorrência	02
17	Efetuar apagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução contratual, por dia e por ocorrência	06
18	Cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência.	01



Comunicação

[Handwritten signature]

19	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência	02
20	Utilizar produtos de limpeza que obedeçam as classificações e especificações determinadas pela ANVISA, por ocorrência	02

III - Suspensão do direito de participar de licitações e contratar com o Banco por até 05 (cinco) anos, na ocorrência das condutas faltosas previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A não apresentação da garantia contratual prevista na **Cláusula Oitava** poderá ensejar a rescisão do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Será aplicado pelo **CONTRATANTE** multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de rescisão contratual, nos termos da **Cláusula Vinte e Um**.

CLÁUSULA DEZENOVE – Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará a **CONTRATADA** da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Após o devido processo administrativo, sendo constatada a responsabilidade da **CONTRATADA**, o valor das multas serão descontados do valor da garantia, da fatura mensal devida diretamente da **CONTRATADA** ou judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a multa for valor superior ao valor da garantia apresentada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO - Inexistindo pagamento devido pelo **CONTRATANTE**, ou sendo este insuficiente, caberá a **CONTRATADA** efetuar o pagamento do que for devido, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da data de sua comunicação de confirmação da multa, em depósito em conta corrente própria em nome do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUINTO- Em não se realizando o pagamento nos termos definidos no **Parágrafo Quarto**, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA VINTE - A rescisão do contrato poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

- I) **Administrativamente**, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores;
- II) **Amigavelmente**, formalizada em autorização escrita e fundamentada do **CONTRATANTE**, mediante aviso prévio por escrito, de 30 (trinta) dias consecutivos;



III) **Judicialmente**, nos termos da legislação.

CLÁUSULA VINTE E UM - Na rescisão do contrato, o **CONTRATANTE** aplicará a multa prevista no **Parágrafo Segundo da Cláusula Dezoito** deste contrato, reservando-se, ainda, o direito de intentar ação judicial para indenização por perdas e danos.

CLÁUSULA VINTE E DOIS - Caso o **CONTRATANTE** não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento da fatura se a **CONTRATADA** não cumprir integralmente o fornecimento e instalação dos equipamentos objeto deste contrato.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS - A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** no caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993.

DA VEDAÇÃO

CLÁUSULA VINTE E QUATRO - O presente instrumento não poderá ser no todo ou em parte objeto de cessão ou transferência.

CLÁUSULA VINTE E CINCO - Fica expressamente vedada a subcontratação para execução do objeto relativo a este Contrato.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA VINTE E SEIS - O **CONTRATANTE** designará seu(s) representante(s) que acompanhará(ão) e fiscalizará(ão) a execução deste contrato, conforme prevê o artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso de ausência ou impedimento do(s) representante(s) designado(s) pelo **CONTRATANTE**, durante a execução do contrato, as atribuições passarão a ser exercidas por quem o **CONTRATANTE** designar para substituí-los na forma regulamentar.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os contatos entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** serão mantidos por intermédio da **FISCALIZAÇÃO** do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A ausência ou omissão da **FISCALIZAÇÃO** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas neste Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Todas as Ordens de Serviço ou Comunicações entre a **FISCALIZAÇÃO** e a **CONTRATADA** serão transmitidas por escrito, inclusive por meio eletrônico (e-mail) e registradas nos autos do processo.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** deverá facilitar à **FISCALIZAÇÃO** a vistoria aos serviços pactuados, bem como a verificação de materiais/equipamentos destinados à empreitada, em oficinas, depósitos armazéns ou dependências onde se encontrem, mesmo que de propriedade de terceiros.



PARÁGRAFO SEXTO - À FISCALIZAÇÃO é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a **CONTRATADA** e sem que esta tenha direito à indenização, no caso de não ser atendida, dentro de 24 (vinte e quatro) horas a contar da entrega da comunicação formal correspondente, qualquer reclamação sobre defeito em serviço executado ou em material/equipamento adquirido.

CLÁUSULA VINTE E SETE - Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, sem que, de qualquer forma, restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

I - Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado do contratado que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

II - Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados para a execução do serviço, para comprovar o registro de função profissional;

III - Solicitar à **CONTRATADA** a substituição de qualquer equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atenda às necessidades.

IV - Exigir da **CONTRATADA** a comprovação do pagamento dos salários e benefícios no prazo estabelecido pela legislação trabalhista de todos os terceirizados mobilizados no contrato em conformidade com a Súmula 331 do TST;

V - Exigir que a **CONTRATADA** encaminhe trimestralmente o extrato de FGTS analítico de todos os terceirizados mobilizados no contrato em conformidade com a Súmula 331 do TST;

VI - Exigir que a **CONTRATADA** encaminhe cópia dos atestados médico admissionais, periódicos e demissionais, de acordo com os prazos estabelecidos pela legislação trimestralmente o extrato de FGTS analítico de todos os terceirizados mobilizados no contrato em conformidade com a Súmula 331 do TST;

VII - Exigir que a **CONTRATADA** na renovação de cada contrato encaminhe escala de férias de todos os terceirizados mobilizados no contrato, que deverá ser rigorosamente cumprida, em conformidade com a Súmula 331 do TST;

VIII - Exigir que a **CONTRATADA** no final da execução dos serviços encaminhe cópia das rescisões contratuais devidamente homologadas, assim como cópia das chaves de saque do FGTS de todos os terceirizados mobilizados no contrato, que deverá ser rigorosamente cumprida, em conformidade com a Súmula 331 do TST.

Corrigido


CLÁUSULA VINTE E OITO - A CONTRATADA nomeará seu preposto para representá-lo durante execução do contrato, mediante documento formalmente encaminhado ao CONTRATANTE, indicando seus dados pessoais e qualificação profissional, o qual ficará responsável de acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor junto ao CONTRATANTE.


DO FORO

CLÁUSULA VINTE E NOVE - Fica eleito o Foro da cidade de Belém (PA), com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente contrato.


E por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições aqui fixadas, firmam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, que declaram conhecer seu inteiro teor.

Belém-PA, 27.06.2014

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.


ANTÔNIO CARLOS DE LIMA BORGES
Diretor de Infraestrutura do Negócio,
respondendo pela DIREC-GESUP


CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP


FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
Sócio-Administrador

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF: 443.183.082-53

Nome: Alexandre de Oliveira de Jesus
CPF: 922.032.672-68

 **2º Ofício de Notas e Anexos**
Dr. Maria Cristina da Silva Bastos - Tabelião e Oficial
R. Siqueira Buarque, 5071 - Ananás - CEP 66.060-020 - Fone: (91) 3242-4400 - Fax: (91) 3242-1191

Reconheço por assinatura a(s) Assinatura(s) de:
FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES++++++
++++++
O Cartório não se responsabiliza pelo conteúdo do documento, valendo a(s) Assinatura(s) fornecida(s) reconhecimento. (Ordem de Serviço Nº 001/2013)
Corregedoria Permanente das Secretarias Extraordinárias:
O referido é verdade e eu o atesto.
Responsável: Alexandre de Oliveira de Jesus de 08 de julho de 2014
de Verdade


Alexandre de Oliveira de Jesus
Escritório Autenticado

**PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E
CONSERVAÇÃO QUE ENTRE SI FAZEM O
BANCO DA AMAZÔNIA S.A. E A EMPRESA
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ
LTDA-EPP.**

O **BANCO DA AMAZÔNIA S.A.**, sociedade de economia mista, vinculado ao Governo Federal, com sede em Belém-PA, sito na Avenida Presidente Vargas nº 800, inscrito no CNPJ/MF sob o número 04.902.979/0001-44, representado neste ato por sua Gerente Executiva de Patrimônio e Gestão de Contratos, Sra. **EDWIGES IRENE BENTES LEMANSKI RODRIGUES**, brasileira, casada, bancária, portadora do RG nº 1944332-SSP-PA e do CPF/MF nº 134.269.902-53, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP**, com sede em Macapá (AP), na Avenida Raimundo Antônio Machado, nº 560, Novo Buritizal, CEP: 68.904-043, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.871.707/0001-95 e Inscrição Estadual nº 03007619-1, neste ato representada por seu Sócio-Administrador, Sr. **FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES**, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG nº 233854/SSP-AP e do CPF/MF nº 563.349.402-44, residente e domiciliado na cidade de Macapá (AP), doravante denominada **CONTRATADA**, **RESOLVEM**, aditar o contrato acima referenciado, nos termos da decisão da Diretoria Comercial e de Distribuição, respondendo pela DIREC-GEPAC do **CONTRATANTE**, datada de 16/07/2015, com fundamento no inciso II e § 2º do Art. 57 da Lei 8.666/93, conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Nos termos da Cláusula Nona do contrato original, as partes resolvem prorrogar a vigência do contrato pelo período de 18/07/2015 a 17/07/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem ratificadas todas as cláusulas do contrato ora aditado.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições aqui fixadas, firmam o presente Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, que declaram conhecer seu inteiro teor.

Belém-Pa, 17 JUL. 2015

BANCO DA AMAZÔNIA S.A



EDWIGES IRENE BENTES LEMANSKI RODRIGUES

Gerente Executiva - GEPAC

 **CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP** 



FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES

Sócio-Administrador

TESTEMUNHAS:

Nome: Nildas Costa

CPF: 712.056.092-68

Nome: Alexander Gonçalves da Silva

CPF: 922.032.692-68



2º Ofício de Notas e Anexos
Arquivo
Cristiano Páez
Rua dos Direitos 2123 - Bairro: Capão da Boa Vista - Fone: (69) 333-4000 - Fax: (69) 333-2200

Dr. Maria Cristina da Silva Páez - (Tribunal) e Oficial



Reconhecido por semelhança a(s) assinatura(s) de:
FRANCISCO DE ASSIS SA GONCALVES++++++
++++++
++++++

Liana Priscila S. Azevedo
Escritor(a) Autorizado(a)

O Cartório não se responsabiliza pelo conteúdo do documento, cuja(s) a(s)
assinatura(s) foi(ram) reconhecida(s). (Ordem de Serviço No 001/2015)
Corregedoria Permanente das Serventias extrajudiciais.

O referido é verdade e dou o fé.
Responsável: **ERACELI RODRIGUES**

Em Teste. Macapá/AP, 07 de outubro de 2015
da Verdade



DIREC- Diretoria de Gestão de Recursos
GECOL – Gerência de Compras e Logísticas

CONTRATO Nº 2014/173

EMPRESA: CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA - EPP

CNPJ/CPF: 34.871.707/0001-95

Objeto – Prestação de serviço de limpeza e conservação nos prédios onde estão instaladas as Unidades do Banco, no Estado do Amapá.

Data de assinatura do contrato: 27/06/2014

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO - Orientação GSJUR/CASIN-2005/2491

REAJUSTE CONTRATUAL – Em razão do reajuste previsto na cláusula sétima do contrato nº 2014/173, com amparo legal no artigo 65, §8º, da Lei 8.666/93, e inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e aprovação da Gerência Executiva de Patrimônio e Gestão de Contratos – GEPAC, em 10/08/2015, consubstanciada pelo Parecer GEPAC-COGEC nº 2015/197, o valor mensal do contrato passará de R\$-8.269,86 (oito mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos) para R\$-8.253,63 (oito mil duzentos e cinquenta e três reais e sessenta três centavos), com efeitos a partir de 09/07/2015.

Belém (PA), 14 AGO. 2015

EDWIGES IRENE BENTES LEMANSKI RODRIGUES
Gerente Executiva - GEPAC





**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: WANE KELLY RODRIGUES LOBATO
REGISTRO.....	: AP-001952/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.956.642-**

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCAP contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: AMAPÁ, 15/06/2022 as 09:54:09.

Válido até: 13/09/2022.

Código de Controle: 650066.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCAP.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DE AMAPÁ**

Categoria
CONTADORA

Nº Registro
AP-001952/O-7

Nome
WANE KELLY RODRIGUES LOBATO

Nascimento
10/02/1984

Nacionalidade
BRASILEIRA

Naturalidade
MACAPA-AP

WANE KELLY RODRIGUES LOBATO

Assinatura do Profissional



Filiação
**JOSÉ ALTAMIR DE OLIVEIRA LOBATO
ALBA LIMA RODRIGUES LOBATO**

CPF
762.956.642-53

Documento de
Identificação
271.771 SSP-AP

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei n.º 9.295/46, c/c art. 1º da Lei n.º 6.206/75.



Data de Registro
28/01/2009

Validado eletronicamente pelo
Conselho Federal de Contabilidade
Código de Validação: **FF3036**

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DE AMAPÁ**



Aproxime um leitor de QR Code para
validar ou acesse o endereço:

[https://sistemas.cfc.org.br/validacao/
profissional/cpf/76295664253/codi
go/FF3036](https://sistemas.cfc.org.br/validacao/profissional/cpf/76295664253/codigo/FF3036)

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

CERTIDÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE – EMPRESAS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE Nº 00047

CERTIFICAMOS para todos os fins de direito que a Empresa **F DE A S GONÇALVES EIRELI**, CNPJ nº **34.871.707/0001-95**, com endereço à **AV ANTONIO MACHADO,560, Nº - N.BURITIZAL - Macapá - AP - CEP: 68904043**, está devidamente registrada neste Conselho, sob o nº **PJ-252**, tendo como Responsável(is) Técnico(s):

ADMINISTRADOR
Registro nº 0-01567
CPF nº 961.502.112-15

TUANNY MAYARA BORGES GONÇALVES GÓES
159333 - PTC/AP/AP

CERTIFICAMOS ainda que a referida Empresa se encontra em dia com suas obrigações financeiras para com esta entidade, estando apta ao desenvolvimento das atividades pertinentes à atividade de **ADMINISTRAÇÃO**. Esta certidão é válida até **31/03/2023**.

A presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: **Macapá-AP, 15 de junho de 2022.**



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://cra-ap.implanta.net.br/servicosOnline>, informando o número de controle:
a9cc2bc1-e7c7-4d06-9a62-ed897b168cff

CERTIFICADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
Instituído pela Resolução Normativa CFA nº 203

CERTIFICAMOS que **TUANNY MAYARA BORGES GONÇALVES GÓES**,
CRA-AP nº **0-01567**, - **CIP** é o(a) Responsável Técnico pela empresa **F DE A S**
GONÇALVES EIRELI CNPJ 34.871.707/0001-95

Eventuais reclamações sobre serviços ou produtos fornecidos pela empresa
acima qualificada deverão ser encaminhadas ao Responsável Técnico ou ao
Conselho Regional de Administração Amapá.

Macapá-AP, 15 de junho de 2022

TUANNY MAYARA BORGES GONÇALVES GÓES

F DE A S GONÇALVES EIRELI
34.871.707/0001-95



A autenticidade do documento pode ser conferida no
site <http://cra-ap.implanta.net.br/servicosOnline>,
informando o número de controle:
a9cc2bc1-e7c7-4d06-9a62-ed897b168cff

CERTIDÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE

CERTIDÃO Nº **00056**

CERTIFICAMOS para todos os fins de direito, que **TUANNY MAYARA BORGES GONÇALVES GÓES**, CPF nº **961.502.112-15**, está devidamente registrado neste Conselho Regional, como **ADMINISTRADOR**, sob o nº **0-01567**.

Perante o financeiro encontra-se **QUITE** com suas obrigações financeiras até o exercício de 2022.

CERTIFICAMOS, também que o(a) profissional se encontra em pleno gozo de suas prerrogativas profissionais conferidas pelo art. 3º e 14 da Lei 4.769/65. Não foi punido(a) disciplinarmente neste Conselho Regional até a presente data. O referido é **VERDADE E DOU FÉ**.

Esta Certidão é válida até **31/03/2023**.

Macapá (AP), **15 de junho de 2022**.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://cra-ap.implanta.net.br/servicosOnline>, informando o número de controle:
fbdd8c85-7135-4c07-b0d5-e4bc230fc50b



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO AMAPÁ



CERTIDÃO DE REGISTRO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PESSOA JURIDICA

CERTIDÃO - 00299/2022 – PJ

CERTIFICAMOS, que o Atestado de Capacidade Técnica emitida em 15 de junho de 2022 pelo **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ - RURAP, CNPJ sob o nº 34.926.188/0001-15** - Contrato de Prestação de Serviço nº 012/2016-RURAP (celebrado em 05/12/2016), anexo em 1 (uma) folha, refere-se ao RCA nº 00299, de 15/06/2022, efetuado neste CONSELHO em nome da Empresa **F DE A S GONÇALVES EIRELI**, registro nº PJ-252, a qual tem como Responsável Técnico a Adm. TUANNY MAYARA BORGES GONÇALVES GÓES, registro no CRA-AP nº 0-01567. Resguardando-nos de qualquer fato ou ato que venha a ser apurado que desabone ou comprove a falsidade do Atestado.

A presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Atestado cancelado. Selo(s) nº: **53**

Emissão: **Macapá-AP, 15 de junho de 2022.**

Esta certidão é válida até: **15/12/2022**



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://cra-ap.implanta.net.br/servicosOnline>, informando o número de controle:

e39efce5-89bf-4d2d-b7d5-3743b901a398



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Desenvolvimento Rural
Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá
CNPJ: 34.926.188/0001-15

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos a pedido da interessada e para os devidos fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, previsto em Lei, junto a entidades de Direito Público (Federal, Estadual e Municipal) e Privado, que a Empresa **AMAZÔNIA SERVIÇOS**, inscrita no CNPJ (MF) nº. 34.871.707/0001-95, Inscrição Estadual nº 03.007619-1, localizada à Av. Raimundo Antonio Machado, nº. 560, bairro Novo Buritizal, nesta cidade de Macapá-AP, CEP: 68.904-043, telefone: 3224-1222, manteve Contrato de **Prestação de Serviços de natureza continuada de Limpeza, Conservação e Higienização**, no Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, com o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências, sob o **Contrato de Nº 012/2016** e Vigência de 05/12/2016 a 09/12/2021.

Registramos, ainda que os serviços contratados, foram executados de maneira satisfatória e de boa qualidade, tendo a empresa cumprindo fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, durante toda a vigência contratual.

Tuanny Mayara Borges Gonçalves Jô
Tuanny Mayara Borges
Gonçalves Jô
CRA-AP nº 0-01367

Macapá, 15 de junho de 2022.

[Signature]
HUGO TIBIRIÇÁ PARANHOS CUNHA
Diretor Presidente - RURAP
Decreto 1541/ 2020- GEA